UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LUIZA DA SILVA BODENMÜLLER

Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas:
aproximações com a temática do refúgio

SÃO PAULO

2019

LUIZA DA SILVA BODENMÜLLER

**Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas:
aproximações com a temática do refúgio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, na área de concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, sob a orientação da professora Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pela autora

Bodenmüller, Luiza da Silva

Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas:
aproximações com a temática do refúgio / Luiza da Silva
Bodenmüller ; orientadora, Cremilda Celeste de Araújo
Medina. -- São Paulo, 2019.

74 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão original

1. Jornalismo 2. Refúgio 3. Alteridade I. Celeste de
Araújo Medina, Cremilda II. Título.

CDD 21.ed. - 070

BODENMÜLLER, L. S. Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas: aproximações com a temática do refúgio. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação – Área de concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para as mais de 70 milhões de pessoas (até 2018) que foram forçadas a deixar seus lares em busca de um ambiente seguro que possibilite o pleno exercício de suas potencialidades.

Para meu pai, Sérgio Bodenmüller, minha mãe, Lilian Márcia da Silva Bodenmüller, minha irmã, Mariana da Silva Bodenmüller, e meu sobrinho, Pedro, que me apoiam e ensinam tanto, diariamente.

AGRADECIMENTOS

Se hoje alguém viesse me perguntar como é “fazer um Mestrado”, eu teria algumas coisas a dizer. Talvez até ousaria oferecer alguns conselhos, baseados na minha experiência. E aí reside um dos primeiros achados: a experiência de cada um é diversa, ainda que ninguém passe por esse período de maneira incólume. Portanto, esteja cercado de quem te quer bem. De pessoas que vão te colocar para cima quando você começar a questionar os rumos da pesquisa ou mesmo a sua capacidade técnica para executá-la. Fique perto de quem vai se alegrar a cada conquista, a cada página completa, que vai comemorar com você cada insight que surgir ao longo do caminho. Os caminhos da pós-graduação podem ser temerosos, mas nunca solitários. E eu tive a sorte imensa de ter por perto amigos e familiares que apoiaram a minha trajetória. A eles, meu profundo e sincero agradecimento.

À Cremilda Medina, orientadora que aceitou me guiar nas aventuras da pesquisa acadêmica. Agradeço pelo pronto acolhimento junto ao grupo de pesquisa, que na diversidade de temas e histórias de vida foi lugar de troca e aprendizado nos últimos dois anos e meio. Agradeço também pelas indicações, conselhos e cobranças que me fizeram progredir e me manter em movimento; por apresentado outras formas de pensar a técnica jornalística e o ensino no jornalismo que certamente me acompanharão ao longo do exercício profissional.

Aos professores da ECA e de outros centros com quem tive o privilégio de aprender ao longo do percurso: Mayra Rodrigues Gomes, Celso Frederico, Maria Aparecida Ferrari, Raquel Cabral, e à saudosa Ecléa Bosi, de quem guardo profunda admiração e a honra de ter feito parte de sua última turma, cujo curso encerrou-se semanas antes de seu falecimento.

Aos bravos colegas da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, com quem compartilhei quase um ano de intensa convivência, deixo o agradecimento à coordenadora do Centro de Referência para Refugiados, extensivo a toda a equipe.

À minha família, que acompanhou de perto minhas angústias e alegrias com a pós-graduação. Sérgio (pai), Lilian (mãe), Mariana (irmã) e Pedro (sobrinho), muito obrigada por tudo. Por sempre me estimularem a exercitar minha curiosidade, por incutirem em mim a percepção do papel transformador da educação, por me incentivarem a buscar sempre mais e por valorizar minhas conquistas quando eu ignoro insisto em ignorar meu potencial.

À Aline Miranda, que me acompanha desde o início dessa aventura. Pela paciência, amor e compreensão durante esse tempo todo, com a certeza de que dias mais tranquilos nos aguardam.

Aos meus amados amigos Ana Elisa, Arthur, Fernanda, Fred, Laís, Lilian, Mary e Néia, o melhor time de apoio que alguém poderia ter. Pelas conversas intermináveis, pelos conselhos, pelos colos, pelas broncas, pelas cervejas, pela comilança em dias de ansiedade alta. Vocês são incríveis e não tenho a menor dúvida de que eu não chegaria até aqui sem vocês.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa “Epistemologia do Diálogo Social” e parceiros de orientação, Angela Farah, Gean Oliveira Gonçalves, Liana Milanez, Marcelle Souza e Sonia Regina Cunha pelo aprendizado compartilhado e trocas de saberes.

À USP, à ECA e seus servidores, pela oportunidade ímpar de frequentar uma universidade pública e de excelência. Pelo auxílio, acolhimento e pela possibilidade de desfrutar do espaço público de formação do pensamento crítico, mesmo em meio a um cenário de contingenciamento dos investimentos em educação, pesquisa e inovação.

*Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento
Nunca estamos quietos, somos trashumantes
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco*

*Yo no soy de aquí
Pero tú tampoco
Yo no soy de aquí
Pero tú tampoco
De ningún lado del todo
De todos lados un poco
(Jorge Drexler – Movimiento)*

RESUMO

Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas: aproximações com a temática do refúgio

O intenso fluxo migratório no mundo pós-moderno facilita a ampliação do fenômeno de hibridização cultural. O estranhamento diante do Outro, seu acolhimento ou rechaço, a convivência pacífica ou conflituosa com o estrangeiro, tem se tornado questão central nas sociedades contemporâneas. A complexa dinâmica da migração forçada, em especial do refúgio, nos coloca em contato com pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo que muitas delas passaram por situações traumáticas que marcam a sua existência. Diante da diversidade de cenários e histórias, o jornalista assume seu papel de mediador social ao apresentar narrativas da contemporaneidade com o intuito de estabelecer laços e caminhos para a compreensão deste Outro refugiado. Esta dissertação propõe um caminho metodológico e experimental de reflexão sobre a prática a partir deste contexto, de modo que o jornalista se atente a pontos fundamentais do fazer jornalístico e compreenda o que se interpõe na relação autoral do jornalista (mediador social) – do personagem (protagonista social). Para tanto, parte-se de um processo de observação-experiência com refugiados e solicitantes de refúgio com os quais a autora conviveu intensamente por cerca de um ano. Já o eixo teórico-metodológico é atravessado por autores que apresentam formulações no campo do jornalismo, dos estudos culturais, da sociologia, da história, da psicologia social, com o intuito de apresentar a discussão sobre a complexidade das construções de narrativas a partir de uma perspectiva mais ampla, com a contribuição de diferentes áreas do saber. Por fim, apresenta-se uma proposta de abordagem para a temática, tendo como objetivo a compreensão do Outro diante da complexidade do mundo híbrido contemporâneo.

Palavras-chave: Jornalismo. Refúgio. Narrativa. Alteridade.

ABSTRACT

Journalist, mediator-author in hybrid cultures: approaches to the refugees issue

The intense migratory flow in the postmodern world facilitates the expansion of the cultural hybridization phenomenon. Strangeness towards the Other, its acceptance or rejection, peaceful coexistence or conflict with the foreigner, has become a central issue in contemporary societies. The complex dynamics of forced migration, especially towards refugees, put us in contact with vulnerable people, many of whom have experienced traumatic situations that mark their existence. Faced with the diversity of scenarios and stories, the journalist assumes his role of social and cultural mediator by presenting contemporary narratives in order to establish ties and paths for the understanding of this Other refugee. This dissertation proposes a methodological and experimental way of reflection on the practice from this context, so that the journalist is invited to pay attention to fundamental points of the journalistic practice and understands what is interposed in the authorial relation of the journalist (social mediator) - of the character (social protagonist). To this end, it starts from an observation-experience description about refugees and asylum applicants with whom the author lived intensely for about a year. The theoretical and methodological axis is crossed by authors who present formulations in the field of journalism, cultural studies, sociology, history, social psychology, in order to present the discussion about the complexity of narrative constructions from a broader perspective, with input from different areas of knowledge. Finally, a proposal for an approach to the theme is presented, aiming to understand the Other in view of the complexity of the contemporary hybrid world.

Keywords: Journalism. Forced migration. Narrative. Otherness

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Presentificação da memória: testemunho sobre a minha experiência na Caritas	13
O lugar	13
As pessoas (funcionários)	15
As pessoas (refugiados e solicitantes)	16
John, o jovem nigeriano	17
Zauna, a professora nigeriana	17
Tobho, o jovem bengali	18
Angela, a mulher angolana	19
A pesquisadora, no meio disso tudo	20
INTRODUÇÃO	25
O encontro com Hanan	26
1. CONTAR SOBRE O OUTRO, INSCREVER-SE DO OUTRO: APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA IDENTIDADE NO FAZER JORNALÍSTICO	30
1.1 O jornalista diante do Outro	30
1.2 A questão da identidade no Outro migrante	34
1.3 Uma breve citação: fluxos migratórios no Brasil	35
2 ANACRONISMOS E SINCRONISMOS: OS TEMPOS QUE COEXISTEM NO ESPAÇO DE DIALOGIA SOCIAL	40
2.1 Sobre o tempo histórico	41
2.2 Sobre o tempo da memória	42
2.3 Intersecções entre temporalidades	46

3	NARRATIVAS JORNALÍSTICAS, NARRATIVAS HUMANAS.....	50
3.1	O narrar como atividade intrinsecamente humana	50
3.2	A narrativa como método jornalístico	52
3.3	Autoria e produção simbólica no jornalismo	54
3.4	O mistério da recepção	56
4	MEDIAÇÕES NO COMPLEXO MUNDO DA PÓS-MODERNIDADE.....	58
4.1	Desafios no campo da comunicação na pós-modernidade	58
4.2	O Eu diante do Outro: hibridismos culturais e embates identitários	60
4.3	A complexidade da mediação	63
	CAMINHO ABERTO: PROPOSIÇÕES E POSSIBILIDADES	65

1 APRESENTAÇÃO

Presentificação da memória: um testemunho sobre a minha experiência na Caritas

O lugar

Ao chegar à rua Major Diogo, número 834, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, a primeira coisa que se vê é um grande portão vermelho de garagem. No canto esquerdo, uma porta fica permanentemente aberta em horário comercial. Da calçada é possível ver a casa espaçosa, de dois pavimentos. No térreo, a garagem transformada em área de espera acomoda cerca de 50 pessoas. Ainda durante o processo seletivo que me levou a frequentar aquela casa diariamente por quase um ano, entre 2015 e 2016, escolhi uma cadeira, sentei e esperei a minha vez. Aquela era a minha primeira vez no Centro de Referência para Refugiados, mantido pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Logo ficou evidente: aquela era uma casa que pulsava vida.

Pode parecer poético demais, e até um pouco brega descrevê-la assim, mas foi isso que senti naquele meu primeiro dia, numa breve espera. O cheiro, o som, as formas de afeto e até os cartazes nas paredes, em diversos idiomas: tudo ali era novidade para mim. Não demorou até que uma mulher, vestida de preto dos pés à cabeça, me abordasse, pedindo informação. Ela estendeu um papel surrado, cujos dados eu desconhecia, e falou algo em árabe que eu não entendi. Balancei a cabeça com cara de pesar e acho que ela entendeu que eu não poderia fazer muito por ela e voltou ao seu lugar.

Ao meu redor, cadeiras de escritório gastas pelo tempo e pelo uso acomodavam adultos, velhos e crianças de diversas nacionalidades. Numa torre de Babel tupiniquim, a casa da Caritas reunia inúmeras línguas, dialetos e os mais variados sotaques de estrangeiros que se esforçavam ao falar o português. Lembro também que havia muitas crianças na sala de espera. O cuidado com os pequenos era coletivo, e isso me chamou muito a atenção: a responsabilidade de vigiar e ajudar a criança, quando necessário, não era só dos pais, era da comunidade. Lembrei daquela frase de um provérbio africano: “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” e, naquele contexto, fez muito sentido para mim.

Finalmente fui chamada e segui ao segundo andar, onde passei pela entrevista de emprego. Pouco menos de um mês depois, eu voltava àquele endereço, agora como funcionária.

Para essa nova fase, fui guiada por um tour pela casa, o que me fez entender melhor o funcionamento dos fluxos de trabalho. No térreo, além da área de espera na garagem, outras três salas e banheiros. Uma sala era utilizada pelo setor de Integração, outra pelo Administrativo/Financeiro e outra pelo setor de Relações Externas, para o qual fui contratada. Nos fundos, uma edícula também havia sido adaptada para o atendimento ao público, com quatro ou cinco baias divididas pela equipe de Assistência. Ainda no térreo, havia uma cozinha ampla, restrita aos funcionários e comandada pela dona Su, de onde saíam bolos e café, e que vez ou outra servia de espaço para o desabafo da equipe. No andar superior, mais salas: uma para a equipe de Saúde Mental, outras para a equipe de Proteção, uma para a diretora, uma sala de reuniões ampla e também a laje da edícula, um grande espaço que havia sido coberto e fazia as vezes de sala de reunião e de atividades.

Logo me explicaram o fluxo de acolhimento. Aqueles que haviam acabado de chegar, e que passavam pelo seu primeiro atendimento, eram recebidos, encaminhados para o segundo andar onde passavam por uma triagem coordenada por voluntários. Ali, uma entrevista inicial e breve e o preenchimento de algumas fichas de cadastro começavam a mostrar quem eram aquelas pessoas, porque estavam ali e, o mais importante: como poderíamos ajudá-las. Se houvesse alguma emergência, como a necessidade de abrigo, a pessoa era imediatamente encaminhada ao setor de Assistência que entrava em contato com equipamentos públicos de acolhimento em busca de vagas.

Além do acolhimento dos recém-chegados, a Caritas mantinha uma intensa agenda diária de atendimentos em todas as áreas. Dúvidas sobre o processo de solicitação de refúgio ou sobre os recursos em caso de negativas de refúgio eram atendidas pelo setor de Proteção, que ainda acumulava uma outra função de *advocacy* junto aos órgãos públicos e também prestava orientações jurídicas em imbróglios no Brasil. A resistência dos bancos em abrirem contas para refugiados por não considerarem o protocolo de pedido de refúgio como documento válido, por exemplo, era uma das questões enfrentadas por esta equipe — dentre dezenas de outras, das mais complexas às mais simples. Ao setor de Integração cabia fazer a ponte com cursos de português e faculdades para revalidação de diploma, e também firmar parceria com empresas para recolocação profissional.

A equipe de Saúde Mental era responsável pelos atendimentos do refugiados e solicitantes e, num segundo momento, também absorveu a demanda de atendimento de parte da equipe de voluntários. O meu setor, Relações Externas, coordenava os contatos com comunidade, imprensa e academia, concentrando os esforços de recebimento de doações,

demandas de jornalistas e interlocução com pesquisadores brasileiros e estrangeiros que desejavam realizar pesquisas relacionadas ao tema da migração e refúgio. Além disso, também auxiliávamos os refugiados e solicitantes de refúgio em projetos individuais e coletivos, como a Copa dos Refugiados.

As pessoas (funcionários)

Para manter a estrutura funcionando, o Centro contava com uma equipe numerosa. Além dos funcionários, um time de voluntários se revezava nos atendimentos. Cerca de 30, 40 pessoas que se dedicavam ao atendimento, diariamente. Como qualquer lugar que se preste a atender o público, algumas figuras ganham destaque. No caso da Caritas, a Maria e a Adelaide eram as mais populares; a primeira, era da equipe de Assistência, a segunda, era da equipe de Integração. Talvez pelo tempo de trabalho na causa e na casa ou porque sempre davam um jeito de ajudar a quem pedia auxílio, não sei, mas o fato é que as duas foram alçadas ao papel de “entidades” da instituição e a maior parte das histórias clássicas da Caritas envolvia as duas.

Uma dessas histórias, que ouvi logo que entrei, foi de um atendimento que Maria fez. Um homem chega à Caritas para um atendimento de rotina. Ele havia acabado de chegar ao Brasil, há tempos não tinha contato com a família e tinha algumas necessidades básicas como abrigo, aprender o português e procurar um emprego. Na conversa para entender melhor o caso, Maria foi associando o que ouviu a uma outra história que ela já tinha escutado em outra ocasião. Após algumas perguntas, ela ligou os pontos e o homem que estava diante dela tinha mulher e filhos que já estavam no Brasil. Alguns dias depois aconteceu o encontro da família e o vídeo que registrou esse momento segue emocionando a quem assiste. O encontro só foi possível porque alguém como a Maria estava à frente do atendimento. Diante das milhares de histórias que ela já ouviu, ela conseguiu identificar o caso e proporcionar o encontro de uma família que não se via há anos. Pude testemunhar que a escuta atenta da Maria foi chave em vários outros momentos.

Como eu já disse, diante do volume de atendimentos diários, só mesmo com um time comprometido de voluntários é que era possível atravessar o expediente. A cada seis meses, uma turma de jovens políglotas e, em geral, com boa formação acadêmica integravam a equipe. A procura pelas vagas disponíveis sempre era maior do que a Caritas poderia absorver, tanto

em termos de gestão de pessoas como pelo próprio espaço físico para atendimento. Um dos pré-requisitos era a fluência em outros idiomas. Assim, jovens habilidosos no inglês, espanhol, francês e até no árabe eram convocados para o trabalho. Aos voluntários cabiam tarefas que iam desde a resolução de pequenos conflitos, passando pelas entrevistas de triagem e até distrair e embalar crianças que choravam, cansadas pela espera. Naquela época (e imagino que seja assim até hoje), eles eram o primeiro ponto de contato entre a Caritas e aqueles que recorriam à instituição em busca de ajuda e orientação. A responsabilidade era imensa.

Enquanto toda a dinâmica de atendimento acontecia pela casa, na cozinha, dona Su era quem preparava o café, o bolo e o ombro. Era muito comum chegar a esse espaço e ouvir pessoas desabafando sobre algum atendimento ou tentando elaborar de alguma forma o sofrimento que acabara de testemunhar. Dona Su ouvia, dava um abraço caloroso, mas meio sem jeito, e a jornada continuava. Era ali também que as refeições eram feitas e compartilhadas; local de conselhos, desabafos, alegrias. Em dias mais intensos, ela misturava banana, ovos, farinha e leite e o cheiro de bolo de banana se espalhava pela casa. Era uma das formas de encontrar conforto diante da brutalidade das histórias que ouvíamos. A cozinha era, certamente, o centro de acolhida dentro do Centro de Acolhida.

Além do volume de trabalho, que era considerável, havia também uma carga emocional embutida no dia-a-dia que mobilizava diferentes mecanismos de elaboração (ou não). Entre os voluntários, por exemplo, o expediente de trabalho era comumente seguido por rodadas de cerveja e conversas no bar próximo. No período em que estive na Caritas, houve um afastamento médico por depressão, uma outra assistente estava voltando ao trabalho após um infarto e vi funcionários desabarem em episódios de choro diversas vezes. Alguns poucos faziam algum acompanhamento terapêutico. Trabalhar naquele lugar, com aquele público, fazia qualquer um viver com as emoções à flor da pele.

As pessoas (refugiados e solicitantes)

Paro diante do computador para lembrar as histórias que ouvi e testemunhei na Caritas. São tantas e todas me acompanham há anos. Não há como passar por essa experiência ilesa — há marcas e relatos que seguem comigo. A época em que estive na Caritas coincidiu com o aumento significativo do número de refugiados sírios. Além deles, congoleses, guineenses,

bengalis, angolanos, nigerianos. Todos vinham ao Brasil para fugir da famigerada “grave e generalizada violação de direitos humanos”. Alguns expulsos de seu países de origem pela guerra, outros por perseguições de gênero ou religiosa, ainda havia quem estivesse cansado de conviver com a violência diária. As histórias de cada pessoa com quem conversei naquele período, como disse, permanecem em mim. Os nomes dos protagonistas das histórias que contarei a seguir foram trocados para preservar as suas identidades.

John, o jovem nigeriano

O irmão de John era líder de um grupo de pescadores em Lagos, maior cidade da Nigéria. Uma disputa política local fez com que o irmão fosse assassinado pelo rival. John cogitou tomar o lugar de liderança deixado pelo irmão. As ameaças, no entanto, recaíram sobre ele e um ultimato foi dado: ou ele sumia da região ou o seu destino seria o mesmo reservado ao seu irmão. Aconselhado pela mãe, John reuniu alguns poucos pertences e mantimentos e foi para o porto. Aos 16 anos, embarcou escondido no primeiro navio que teve a oportunidade. Ele não tinha a menor ideia do que encontraria pela frente, não sabia nem qual era o destino do navio.

John conta que quando o navio finalmente atracou e ele ousou entender onde estava, ele só viu pessoas brancas. Lembro da frase exata que ele disse: “eu saí do navio, vi só gente branca ao redor e eu tinha certeza de que morreria por isso”. John não morreu. Do porto de Santos, deu um jeito de chegar até São Paulo, onde foi informado de que a Caritas poderia dar a ajuda que ele precisava. Conheci John dois anos após o primeiro acolhimento. Muito querido pela equipe, ele trabalhava como professor de inglês num curso de idiomas e também dedicava seu tempo a uma grande paixão: a música. Doce, John vivia sorrindo e era muito carinhoso com quem estava por perto. Ele sempre falava de como queria uma namorada brasileira e do sonho de conseguir juntar dinheiro o suficiente para trazer a mãe para o Brasil. Até o que sei, no momento apenas o primeiro desejo foi alcançado.

Zauna, a professora nigeriana

Zauna é uma mulher forte nos traços e na forma de se expressar. Ela fala de maneira apaixonada, e isso hipnotiza o interlocutor. Eu a conheci pouco depois de sua chegada ao Brasil. O português ainda era um idioma desconhecido para ela e, por isso, nos comunicávamos em inglês. O poder de síntese da língua inglesa tornava ainda mais potente o que Zauna dizia. Ela era professora num vilarejo rural no norte da Nigéria. E era nítido como isso atravessava a sua fala: ela sempre dizia que a educação das crianças é a forma mais potente de transformação social real. E era a isso que ela se dedicava.

O avanço do grupo terrorista Boko Haram chegou também à escola onde Zauna lecionava. Algumas meninas foram sequestradas e o paradeiro delas permanecia desconhecido até o momento em que conheci a professora. Zauna me contou que daquele momento em diante ela fez o que podia fazer naquele contexto: seguiu ensinando. A insistência dela desagradou os integrantes do grupo terrorista. Zauna passou a ser perseguida, sua casa foi vasculhada e a família dela vivia sob constante ameaça.

Após um novo ataque à escola, Zauna se viu obrigada a fugir. Seus filhos adolescentes ficaram na Nigéria e sua ausência fez cessarem as ameaças à família. Em meados de 2018, recebi uma mensagem da professora: “hello, my dear”, começava o texto. Ela veio me contar que finalmente os filhos haviam chegado ao Brasil, após quase quatro anos de distância e espera.

Tobho, o jovem bengali

Tobho nunca me contou a história que o trouxe ao Brasil. O que soube, ouvi da boca de outros. Algo relacionado ao serviço de inteligência do governo de Bangladesh. Segundo o que me contaram, Tobho era um analista de destaque dentro do governo, mas ele é gay. Quando essa informação começou a circular, o bengali articulou sua saída do país, com medo de ser exposto e condenado — a homossexualidade é criminalizada em Bangladesh, sob pena de prisão.

A única pista que Tobho me deu sobre a sua travessia até o Brasil é que ele havia pedido refúgio em outros países antes e, diante das negativas, acabou parando por aqui. Ele foi um dos poucos que conheci durante o período em que trabalhei na Caritas que evitava a todo custo falar sobre o passado. Para Tobho o que importava era a sua vida no Brasil e aprender o mais rápido

possível o que ele deveria fazer para conseguir um emprego e se estabelecer. Ele começou por um caminho comum a vários migrantes e refugiados: o ensino de línguas. Em 2018 encontrei com Tobho e, mesmo após quase cinco anos no Brasil, ele teimava em se comunicar em inglês. Ele queria saber como eu estava e também me contar que havia conseguido um emprego na sua área (tecnologia de informação) no qual era reconhecido e valorizado, e também compartilhou os planos de fazer mestrado numa prestigiosa universidade norte-americana nos próximos anos. Ele estava como desde que o conheci: olhando para o futuro.

Angela, a mulher angolana

Na primeira vez que vi Angela, ela estava encolhida em uma cadeira, olhar perdido e cabeça baixa, como só alguém profundamente entristecido consegue ficar. Era o primeiro atendimento daquela angolana na Caritas. Naquela época estávamos iniciando um trabalho com um grupo de mulheres, para estimular a convivência e conversar sobre questões levantadas por elas. No dia da reunião, Angela apareceu e, aos poucos, foi se soltando. No meio do encontro, Jeanne, congoleza, começou a sentir fortes dores abdominais. Ela só falava lingala, língua derivada do ramo linguístico do bantu, e ninguém da equipe falava o mesmo idioma. A dor era tanta que Jeanne se contorcia no chão. Nisso, Angela falou que também era fluente em lingala e se dispôs a ajudar. Decidimos que era hora de procurar ajuda médica e lá fomos eu, Angela e Jeanne para a Santa Casa.

Em todo o caminho Angela foi conversando com Jeanne, tentando acalmá-la. No setor de emergência do hospital, a angolana não deixou a congoleza sozinha por um minuto. De mãos dadas, aguardaram atendimento. A hipótese inicial era de que havia algo de errado com o útero ou os ovários de Jeanne. Os exames de imagem comprovaram a suspeita, e uma endometriose em estágio avançado foi prontamente medicada e a dor foi controlada. Lembro que já era tarde da noite quando perguntei se Angela não ia embora para casa, onde seus filhos a esperavam, ao que ela respondeu que só sairia dali com Jeanne. E foi a primeira vez que vi Angela sorrir.

O laço que se formou entre essas duas mulheres naquele dia foi potente e transformador. Aquela experiência teve tamanho impacto sobre Angela, que ela dizia que finalmente descobriu o seu dom: cuidar. Por meio do setor de Integração, ela se inscreveu em um curso de cuidador de idoso. Ao término do curso, Angela me convidou para a formatura e eu lembro da cena como

se fosse hoje. Numa área comum, formandos e familiares se reuniram para receber diplomas e comemorar a conquista. Angela estava vestida de gala: um vestido longo, azul, com alguns brilhantes que desciam do ombro até a barriga. A cena da diplomação, carrego na memória. Angela ergueu o diploma, olhou para o céu, e diante dos filhos e colegas, gritou: “eu consegui”.

A pesquisadora, no meio disso tudo

A verdade é que no início aquele era apenas um trabalho que seria capaz de me manter em São Paulo por mais um tempo enquanto eu procurava outro emprego que me pagasse melhor. Eu estava desempregada há meses, as economias perto do fim, o mercado não estava dos melhores e de repente surgiu essa vaga: meio período, a possibilidade de treinar outros idiomas, um trabalho com um propósito claro. Era tudo o que eu precisava naquele momento. E eu fiquei sabendo que havia sido escolhida, ironicamente, no dia da mentira, dia 1º de abril.

Também é verdade que não demorou para que toda essa ideia que eu tinha de transitoriedade caísse por terra e eu me jogasse de cabeça naquele trabalho. Era fascinante estar ali, ouvir aquelas histórias, conviver com pessoas tão diversas, com repertórios, dores e alegrias tão diferentes daquilo que eu havia experimentado até então. De alguma forma, eu era útil naquele espaço e capaz de contribuir com as demandas que surgiam. Desse período na Caritas, entre abril de 2015 e fevereiro de 2016, carrego comigo lembranças afetuosas e também aprendizados importantes, inclusive a problematização do que virou tema de pesquisa deste Mestrado, anos mais tarde.

A Hanan, cuja história será contada na introdução desta dissertação, foi uma presença constante na “minha” sala. Até hoje guardo um bilhete que ela colou na parede sem que eu visse, dizendo “OI TODO BOM TIA LUISA? SALDADES”, assim, todo em caixa alta e com alguns pequenos erros, típicos de quem está sendo alfabetizado em uma nova língua. Além dela, Jean e Abdul, organizadores da Copa dos Refugiados, também transformaram aquela sala em quartel-general para receber jogadores e discutir parcerias com empresas e organizações para custear o torneio.

Durante quase um ano, o convívio intenso com todas aquelas vulnerabilidades e potências fez marcas profundas em mim. Tive contato com questões de mundos — guerra, conflitos, perseguições, lutas identitárias — que eu provavelmente não teria conhecimento de

outras formas. Essas marcas eram traduzidas por um profundo senso de dever, mas também se refletiram física e psiquicamente. Durante o período em que estive na Caritas, emagreci cerca de 10 quilos. Além disso, tive inúmeros episódios de ansiedade alta, insônia e pesadelos. Nos sonhos, cenas vivas daquilo que testemunhei na escuta diária: cenários de destruição, sofrimento, sangue, guerra, fome — o que ouvi se transformou em imagem nos meus sonhos. Não à toa nessa mesma época iniciei minha análise para aprender a elaborar e dar destino à experiência.

As histórias contadas acima são excertos que mostram a complexidade e a diversidade dos casos atendidos pela Caritas. As histórias dessas pessoas, definitivamente, não se resumem ao momento em que elas perceberam a necessidade de fugir para sobreviver. Não demorou para que eu entendesse isso e, logo no início, parei de perguntar “O que te trouxe aqui?” ou “Por que você teve que fugir?”, e simplesmente ouvi as versões que os solicitantes de refúgio e refugiados tinham a contar sobre si. Com muitas das pessoas que conheci nesse período, o passado nunca foi tópico de conversa. Falamos sobre como entender a complicada burocracia brasileira, sobre o mercado de trabalho, educação dos filhos, trocamos piadas e conselhos.

São laços reais de afeto que perduram até hoje e que transformaram não só a minha visão de mundo, mas também a forma como eu vejo o papel do jornalista. Apesar de sempre ter trabalhado com temas ligados a direitos humanos, desde a época de estágio, até o presente, a temática do refúgio me capturou de tal maneira que me deixou atenta a coisas que antes não me capturavam. Até então, quando em um telejornal aparecia um repórter entrevistando alguém diante de um desastre e a primeira pergunta era a famigerada “O que você está sentindo nesse momento?”, eu apenas achava uma pergunta de mau gosto. A partir do convívio com os solicitantes de refúgio e refugiado, entendi que a interação entre o jornalista e o entrevistado produz efeitos reais que perduram para além do tempo da entrevista em si.

Boa parte do meu trabalho, como já comentei antes, era intermediar o contato de jornalistas e pesquisadores com os refugiados. Os pesquisadores, por um lado, se interessavam muito pelos dados produzidos pela Caritas, como número de atendimentos, principais nacionalidades, recortes de gênero, número de crianças desacompanhadas e assim por diante. Quando autorizados a frequentar a Caritas para coleta de informações, o foco era muito mais a observação do que a interação. O contato era em geral cuidadoso: os(as) pesquisadores(as) explicavam sobre o que era a pesquisa e o porquê estavam ali, deixavam muito claro que a participação era voluntária e que a identidade poderia ser preservada, se assim fosse da vontade do(a) entrevistado(a), e assim por diante. No caso das pesquisas, nós fazíamos uma busca ativa

por pessoas que se encaixassem no perfil e perguntávamos se elas se sentiriam confortáveis em participar, sempre deixando muito claro que elas não eram obrigadas, que poderiam se retirar da pesquisa se assim desejassem e etc.

Mas o grande desafio era a mediação com jornalistas. A demanda por entrevistas era muito maior do que a demanda por pesquisa, e isso por vezes sobrecarregava a equipe. Na Caritas, podíamos colocar o repórter em contato com especialistas como também com os refugiados e solicitantes. Como era feito o convite? Quando era algum caso muito específico, por exemplo “mulher angolana que tenha chegado ao Brasil com filho pequeno e o marido ainda está em Angola”, nós consultávamos a equipe sobre a existência de uma pessoa que atendesse ao perfil e se ela estaria disponível para entrevista ou não. Se a equipe sinalizasse que se tratava de alguém disposto a conversar com jornalistas, o passo seguinte era contactar a pessoa e confirmar a vontade de participar da entrevista. A partir do aceite, aí então era feita a devolutiva ao jornalista e a entrevista era agendada.

Para temas mais gerais, exemplo: “como é ser refugiado no Brasil”, havia um grupo de solicitantes e refugiados que se colocava à disposição. Alguns já eram figuras conhecidas da equipe antes mesmo de eu fazer parte da Caritas. Outros, foram sondados por mim, e alguns já se dispuseram antes mesmo de eu perguntar. Ainda assim, diante da disponibilidade, em toda entrevista era o mesmo procedimento: assim que o repórter compartilhava um pouco mais sobre a pauta, eu entrava em contato com o(a) entrevistado(a), explicava sobre o que seria abordado, falava dos potenciais riscos e perguntas sensíveis que poderiam surgir, confirmava a disponibilidade e reforçava que a pessoa poderia declinar de responder ou mesmo desistir no meio da entrevista caso houvesse algum desconforto. A conversa pré-entrevista era muito mais num tom de aconselhamento do que de media training.

Eu me esforçava ao máximo para que a experiência da entrevista fosse a mais tranquila possível para o entrevistado e, ao mesmo tempo, fornecesse ao repórter as informações necessárias para contar histórias tão complexas. Nesse percurso, as experiências foram as mais diversas. Vi espaços de escuta e diálogos muito ricos que se formaram; acompanhei muitas entrevistas-interrogatórios; repórteres (principalmente de televisão) atropelados pela pressa do fechamento e que tentavam dirigir a resposta do entrevistado — “quem sabe se você falar assim ou assado fica melhor. Vamos tentar?”; testemunhei o nascimento de amizades e também o encantamento dos jornalistas pela temática até então desconhecida.

Recorro ao clichê de que cada entrevista é única e, por isso, as experiências foram tão plurais. Se fosse possível colocar na balança, certamente as experiências enriquecedoras que criaram laços e permitiram o diálogo compreensivo superaram as entrevistas devastadoras com larga vantagem. Às primeiras, cabiam elogios e até agradecimentos, e houve casos em que a publicação serviu de ajuda para conseguir emprego ou mesmo contactar amigos e familiares. Um ou outro detalhe até poderia conter erros, mas nada que prejudicasse a narrativa ou ofendesse o(a) entrevistado(a). Eu poderia dedicar minha pesquisa a esses exemplos? Certamente. Mas foram as segundas, aquelas entrevistas com um real potencial nocivo aos entrevistados, que me capturaram e me colocaram a refletir e questionar a prática jornalística.

Antes de falar sobre as experiências devastadoras, vale chamar a atenção para um sem número de reportagens publicadas à época com responsabilidade sobre as quais é possível afirmar que possibilitaram a compreensão desse Outro refugiado. Esse destaque não é exclusivo a um ou outro veículo, pelo contrário: desde portais com grande público como a globo.com ou a BBC Brasil, até canais de televisão com um público de nicho como a TV Aparecida ou a TVT (TV dos Trabalhadores), passando também por veículos estrangeiros: há exemplos em vários lugares e formatos, como vídeos, textos e ensaios fotográficos. Para além de contar as tragédias pessoais, esses exemplos também falaram sobre a integração ao novo país, sobre planos e sonhos.

Antes da Caritas, eu já havia trabalhado com assessoria de imprensa, mas com um perfil estritamente comercial, no qual o objetivo era divulgar produtos, inovações, serviços, mas nunca uma causa. À medida em que fui me integrando à equipe e à dinâmica de trabalho, eu me tornava cada vez mais cuidadosa ao expor alguém a uma entrevista. Ainda assim, isso não foi o suficiente para evitar que entrevistas desastrosas fossem conduzidas, gerando impactos adversos sobre os entrevistados. Em um brevíssimo exercício de autocritica, penso que posso ter falhado em algumas ocasiões na “escolha do personagem”, mas a bem da verdade, num mundo ideal, essa triagem nem precisaria existir se o caminho da prática jornalística se enveredasse pela via da compreensão e não da inquisição, da curiosidade fútil.

Como parte do meu procedimento de trabalho, eu sempre consultava os entrevistados no dia seguinte ou num breve período após a entrevista para checar como havia sido a experiência, para ouvir algum comentário ou crítica, e assim por diante, sempre com o intuito de aprimorar o meu trabalho e também ficar atenta a possíveis intercorrências. Foi nesse momento que comecei a ouvir alguns relatos de que a experiência com a entrevista não tinha

sido agradável e daí surgiram sentimentos como tristeza, apatia, saudade profunda, e sensações como falta de apetite e de sono. Isso fez soar um alerta em mim.

Acompanhado do alerta, veio uma curiosidade em compreender o quê naquela interação entre jornalista-entrevistado poderia ser o gatilho, como o jornalista poderia acolher a dor do Outro e se eu, enquanto mediadora dos contatos, poderia identificar sinais mais claros de prevenção a uma exposição sem cuidado. Nesse meio-tempo, eu deixei de trabalhar na Caritas, mas a questão permaneceu comigo, uma vez que as entrevistas baseadas na pergunta “o que você está sentindo?” diante de tragédias humanas permaneceram — assim como os bons exemplos de cobertura.

À época em que eu preparei meu projeto de pesquisa, as questões que eu pretendia abordar eram múltiplas e complexas, mas o foco era compreender quais técnicas, competências e habilidades o jornalista deveria desenvolver/aprimorar para que o objetivo de uma entrevista fosse a compreensão do Outro, e não a mera exibição da dor alheia. Creio que o percurso da pesquisa acadêmica sob a orientação da professora Cremilda Medina possibilitou que eu pudesse dar destino a boa parte das minhas inquietações provocadas pela minha experiência na Caritas. Aquelas cuja elaboração permanece incerta, ou serão apaziguadas pelo tempo ou serão aprofundadas num possível doutoramento.

O tal destino passa por uma proposta de caminho, inspirado pela experiência, pelo arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa e pela concretude dos exemplos que proporcionam a compreensão, em oposição às abordagens desastrosas. No trajeto, contribuições vindas do campo da arte, da troca com os colegas de grupo de pesquisa, do cultivo de laços e afetos construídos há quatro anos com refugiados e solicitantes. Toda essa variedade de fragmentos que habitam em mim encontrou tessitura nestas linhas e numa proposta tangível para que o jornalista exerça seu papel de autoria na mediação cultural e social diante da complexidade do fenômeno do refúgio e deste Outro refugiado.

INTRODUÇÃO

Uma imagem. Um menino deitado nas areias do Mar Mediterrâneo. Inicialmente, pouco se sabia sobre ele. Camiseta vermelha, bermuda azul. O menino calçava sapatos. Era como se a maré tivesse a cruel gentileza de colocá-lo a repousar de forma cândida. De bruços, braços juntos ao corpo, o menino estava lá: deitado, inerte, junto à linha da praia. A imagem não mostra se havia sol ou se estava nublado. Se o clima era frio ou ameno. O menino vestia roupas de mangas curtas. Na imagem sem corte, um homem está parado a menos de um passo do menino. O adulto está de coturno, calça verde-oliva, uma boina militar e um colete com inscrições em turco. Ele também está de mangas curtas. O homem parece segurar uma prancheta na qual faz anotações. Na sequência, numa nova fotografia, o homem aparece de luvas. Não é possível identificar sua expressão facial. O homem carrega o menino. O menino está morto.

A sequência de fotos ganhou a capa dos principais jornais na primeira semana de setembro de 2015. Aos poucos, o mundo foi conhecendo os detalhes daquela imagem. Logo se descobriu que o menino tinha nome, nacionalidade, idade, etnia e um destino. Alan Kurdi. Sírio. Três anos. Curdo. Canadá. O menino morreu na primeira parte da viagem. A família se aventurou num bote inflável na perigosa travessia do Mediterrâneo. Saíram da Turquia, com destino à ilha grega de Kos. O bote no qual estavam Alan, Rehana (mãe), Galib (irmão) e Abdullah (pai), naufragou cinco minutos após partir. O único sobrevivente da família Kurdi foi o pai.

A rota utilizada pela família é conhecida por refugiados que fogem dos conflitos, que ocorrem principalmente no Oriente Médio e norte da África, e já vitimou um número incontável de vidas. A Organização Internacional para as Migrações estimou que mais de 18 mil pessoas já morreram nas águas do Mediterrâneo entre janeiro de 2014 e junho de 2019¹. Alan foi uma delas. No entanto, não há como ter a exata noção da tragédia no Mediterrâneo, haja vista que a maioria dos barcos são ilegais e precários e muitos dos naufrágios nem chegam a ser reportados oficialmente.

À época em que o mundo conheceu o drama de Alan e sua família, eu trabalhava no Centro de Referência para Refugiados, mantido pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo. Numa casa de dois pavimentos eram atendidas, diariamente, cerca de 200 pessoas que rumavam

¹ Fonte: < <https://missingmigrants.iom.int/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

ao bairro da Bela Vista em busca de informações e ajuda. Naquele ano, o Brasil havia batido o recorde² de solicitações de refúgio: 28.670 pedidos feitos por migrantes de 79 nacionalidades. Nesse contexto, a minha função era de Relações Externas, ou seja, colocar (ou não) o contingente de refugiados e os funcionários da organização em contato com a imprensa, pesquisadores, voluntários e pessoas interessadas em fazer doações.

A foto do menino Alan gerou uma comoção tamanha que todos os serviços de atendimento a refugiados, migrantes e solicitantes de refúgio em São Paulo ficaram assoberbados com a procura solidária das pessoas. Uma procura legítima, é verdade, mas, muitas vezes, seletiva. Era comum ouvir “quero doar tal coisa ou quantia para crianças sírias”, quando, naquele momento, países africanos como Angola e a República Democrática do Congo tinham um contingente de refugiados e solicitantes tão numeroso quanto aqueles vindos da Síria. O lado bom da mobilização é que, por conta dela, conseguimos arrecadar cerca de três toneladas de doações e alguns milhares de reais que foram totalmente convertidos para auxílio aos atendidos pela Caritas (para compra de medicamentos, óculos de grau, passagens de transporte público etc). Tão logo Alan foi esquecido pelos noticiários, cessaram também as doações e o envolvimento das pessoas com a causa.

Foi nessa mesma época que presenciei um boom nas demandas de imprensa no setor de Relações Externas, o qual eu coordenava. Jornalistas de todas as partes do Brasil, de todas as mídias, com a urgência típica, pediam “personagens” para compor suas histórias.

O encontro com Hanan

Quando conheci Hanan, em 2015, ela tinha acabado de chegar ao Brasil. Seus tios já viviam por aqui, e agora a menina, então com 11 anos, desembarcava no país com os pais e os irmãos, um mais velho, com 13 anos, e uma menina, prestes a completar um ano. De toda a família recém-chegada, Hanan era a mais desenvolvida no novo idioma. Era ela quem intermediava os contatos entre seus pais e os adultos brasileiros. Na fala em árabe traduzida

² O número só foi superado em 2017, por conta da crise na Venezuela. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça, o novo recorde contabiliza 33.865 pedidos de refúgio, dos quais 17.865 (52,75%) foram feitos por venezuelanos. (Fonte: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

para um português precário³, histórias que contavam o horror da guerra sempre acompanhadas por uma lista de pedidos: leite em pó, cesta básica, dinheiro, escola. A menina empenhava-se em explicar cada detalhe. Ser criança, naquele momento, ficou em segundo plano. De certa forma, era dela que a família toda dependia para garantir um pouco de alívio material.

Hanan não demonstrava carinho de forma convencional. Havia uma brutalidade inerente no trato da menina. Seus afetos eram traduzidos em apertos, beliscões e até puxões de cabelo, sempre acompanhados por um sorriso. Na fase inicial de adaptação da família ao Brasil, Hanan estava quase diariamente na casa da Caritas. Nessa época, enquanto a mãe dela era atendida por assistentes sociais, a menina passava o tempo na minha sala. Ali, possivelmente era o único espaço onde ela não tinha a responsabilidade de ser a mediadora da família com o mundo. Aqueles encontros eram um respiro para ela, e isso eu só fui entender muito tempo depois. Ali, aprendi palavras em árabe e ensinei palavras em português.

Há pouco tempo na escola brasileira, Hanan ainda estava no início do processo de alfabetização. O segundo da vida dela. Lembro de um episódio com o qual compreendi, de maneira definitiva, toda a necessidade de se estar “afeto a”⁴ para que seja possível apreender a complexidade do outro. Hanan chegou aflita à minha sala. Disse que estava sofrendo bullying dos colegas e também da professora. Relatou que a professora a chamava de “burra” por não conseguir completar a tarefa de casa dentro do que era esperado. A menina estendeu uma folha e pediu ajuda. A tarefa era: a partir da última letra de uma palavra, o aluno deveria construir a palavra seguinte. De modo que, por exemplo, a palavra “carro”, daria origem à “orelha”, que daria origem a “amor”, e assim sucessivamente.

De lápis em punho, Hanan leu a palavra “carro” e escreveu a seguinte: “casa”. Em seguida, várias outras palavras iniciadas pela letra “C”. Lembro de ter perguntado como ela tinha escolhido a palavra “casa”, ao que ela respondeu, em seu português carregado de sotaque e com a falta de sutileza que lhe é característica, que a última letra da palavra era “C”, por isso ela tinha escolhido “casa”. Num primeiro momento, eu não entendi por que Hanan estava “errando” a lição. Após pouco tempo de reflexão, lembrei das poucas palavras em árabe que ela havia me ensinado, grafadas em todos aqueles bilhetes que coloriam a parede branca. E aí

³ A Caritas contava com tradutores árabe-português de forma voluntária, por isso, nem todos os dias da semana eram cobertos por essa ajuda. Nos dias em que não havia tradutor disponível, aqueles que se comunicavam em árabe recorriam a poucas palavras em português, gestos e desenhos.

⁴ A ideia, abordada por Luis Carlos Restrepo, e intensivamente trabalhada por Cremilda Medina em experiências pedagógicas e também no grupo de Epistemologia do Diálogo Social, será aprofundada posteriormente, na parte teórica.

veio o *insight*. Na língua árabe, a escrita e a leitura se dão na ordem inversa do que a língua portuguesa. Para os alfabetizados neste idioma, o “certo”, é ler e escrever da direita para a esquerda, numa lógica completamente oposta àquela que a lição pedia. Desta maneira, dentro da lógica de Hanan, a última letra da palavra “carro” — e de todas as palavras subsequentes — seria a letra “C”. Resolvido o mistério, expliquei a ela qual o uso da sintaxe da língua portuguesa e a menina concluiu a tarefa com êxito.

Após esses dias, nos tornamos muito próximas. E toda vez que ela ia à Caritas, a visita à sala de Relações Externas era praxe. Conheci Hanan em março de 2015, meses antes do mundo conhecer a história de Alan. E foi no cruzamento dessas duas histórias que teve origem o meu desejo de desenvolver o projeto de pesquisa que seria apresentado posteriormente. A foto de Alan na praia, como já disse, gerou impulsos solidários e demandas de imprensa. Nesse segundo campo, a procura por dados e entrevistas no último semestre de 2015 superou qualquer expectativa da Caritas. A maioria das demandas seguia a receita: “estou fazendo uma reportagem sobre refugiados no Brasil e preciso da ajuda de vocês para encontrar um personagem, de preferência um sírio que fale português”. Naquele momento, as histórias das outras 80 e poucas nacionalidades atendidas pela organização já não importavam. E o termo “personagem” começou a gerar incômodo em mim.

Um desses pedidos era especificamente destinado a encontrar uma criança síria que falasse minimamente português. Segundo a repórter, o objetivo daquela matéria televisiva era mostrar como as crianças refugiadas estavam se adaptando ao novo país. Conversei com Hanan e, com a autorização de seus pais, ela aceitou contar a sua história. O tão esperado encontro, no entanto, transformou-se num exemplo do tipo de cobertura jornalística que não deve ser feita em casos nos quais o “personagem” passou por uma situação traumática, como foi o caso de Hanan.

A jornalista postou-se diante da menina, já apressada por conta do prazo curto que teria entre a conclusão da entrevista e a edição da matéria que iria ao ar no jornal do mesmo dia. Ao perceber a impessoalidade com a qual a jornalista tratou o momento dos cumprimentos e apresentações, eu e uma das psicanalistas da equipe de saúde mental da Caritas tomamos a iniciativa de conversar com a repórter e apresentar um pouco o contexto da vida da Hanan, na tentativa de sensibilizá-la para que a história da menina não fosse explorada de forma inapropriada. De nada adiantou. A entrevista foi uma sucessão de perguntas agressivas: você viu a guerra? A sua casa explodiu, é verdade? Como foi viver na guerra? E no campo de

refugiados, como era lá, era muito ruim? Você viu alguém da sua família morrer? Você viu sangue?

Ainda que Hanan não tenha demonstrado qualquer tipo de emoção e respondeu às perguntas de forma um tanto quanto lacônica, eu já a conhecia o suficiente para saber que aquele encontro não passaria incólume. No outro dia, Hanan chegou cabisbaixa, falando pouco e manhosa - nenhum dos três adjetivos seriam capazes de descrever o comportamento dela num dia “normal”. A mãe de Hanan relatou que a menina chorou antes de dormir, teve pesadelos e só comeu algumas poucas bolachas após ter conversado com a repórter. Nos pesadelos, o tio da menina, morto durante a guerra na Síria, aparecia em meio a um cenário amedrontador. Foi só no dia seguinte que Hanan voltou a se alimentar normalmente e serenou. Após esse episódio, a menina passou a ser acompanhada pela equipe de saúde mental, com encontros terapêuticos semanais.

O encontro com a jornalista havia criado uma marca na menina. A memória de momentos traumáticos que ainda não haviam encontrado uma elaboração possível reavivou, de certa forma, um sofrimento profundo. A partir desses encontros, ficou evidente para mim a questão da responsabilidade do jornalista diante da dor do outro. É a partir dessa inquietação que inicio a caminhada em busca da compreensão da complexidade do encontro entre jornalista, enquanto mediador social, e protagonista social⁵, e da delimitação de uma proposta metodológica e epistemológica de abordagem para o desenvolvimento da entrevista diante do Outro refugiado.

⁵ Termos adotados pelo Grupo de Epistemologia do Diálogo Social, coordenado pela profa. Cremilda Medina, e que serão aprofundados no decorrer do trabalho.

1 - CONTAR SOBRE O OUTRO, INSCREVER-SE DO OUTRO: APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA IDENTIDADE NO FAZER JORNALÍSTICO

Neste capítulo serão abordados conceitos ligados à percepção da identidade do outro traduzida no discurso jornalístico. Para tanto, proponho uma reflexão a partir do encontro do jornalista com o outro — o protagonista social com o qual será estabelecido o signo da relação (MEDINA, 2006). Além disso, convido o leitor a percorrer parte do percurso teórico acerca da construção de conhecimento sobre a identidade a partir das formulações propostas pelos teóricos dos Estudos Culturais.

Neste ponto, começo a delimitar a compreensão sobre um termo que será recorrente ao longo desta dissertação: refugiado. Apresentarei dados, informações e diretrizes nacionais e internacionais que situam diante do desafio de narrar histórias que pertencem a um contingente humano que se desloca em números sem precedentes⁶. Aqui, também serão apresentados pequenos excertos de histórias de refugiados que atualmente vivem em São Paulo, com o objetivo de ensaiar a compreensão do Outro para além de sua condição legal perante o governo brasileiro: são pessoas com histórias de vida, sofrimentos, alegrias e sonhos, que veem no Brasil uma oportunidade de recomeço e reconstrução.

1.1 O jornalista diante do outro

O jornalismo é um ofício relacional. É a partir do contato com o outro, da construção do signo da relação (MEDINA, 2014), que o jornalista conta histórias, torna-se autor e mediador social da realidade. Nesse contexto, é primordial substituir, portanto, a noção desumanizadora de “personagem” por “protagonista social”. A primeira referência provoca a reificação, transforma o outro em coisa, em um mero elemento dentro de uma lógica funcionalista do jornalismo, na qual o sujeito é resumido à condição de fonte, um instrumento para cumprir uma

⁶ De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, há, no mundo, cerca de 70,8 milhões de pessoas forçosamente deslocadas no mundo. Dessas, 25,9 milhões são consideradas refugiadas e outras 3,5 milhões buscam asilo. Fonte: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>>. Acessado em: 28 de Janeiro de 2019.

função da rotina profissional em busca de informação. O contato entre o jornalista e a “fonte” é asséptico, objetivo, impessoal.

A percepção do outro como “protagonista social”, por outro lado, embute em si uma outra lógica, na qual o sujeito adquire um lugar de destaque, longe de dogmas, visões medíocres e certezas, regidos por uma concepção positivista do fazer jornalístico. Cremilda Medina (2014), descreve o momento do encontro dialógico entre jornalista e protagonista a partir da construção de uma “interação social transformadora”, pautada pelo “signo da relação”, onde estabelece-se um vínculo sujeito-sujeito, permeado por sensações como a incerteza, o desconhecimento e a dúvida. O contato entre o jornalista e o “protagonista social”, nessa perspectiva, é transformador, criativo, desafiador.

Nesta aproximação, o jornalista deve abdicar de sua posição de poder perante o discurso do outro e permitir a formulação de um espaço de troca em que a narrativa ganha corpo a partir do respeito ao lugar de articulação do outro em relação a sua própria identidade e à narrativa que deseja construir para si. Aqui, é importante um aprofundamento sobre a questão do poder. Martino (2010) evoca Homi K. Bhabha e outros autores pós-colonialistas, como Gayatri Chakravorty Spivak e Frantz Fanon, para que nos recordemos que o espaço de formulação do discurso sobre a alteridade é um espaço violento de disputa e de exercício do poder. A partir desta perspectiva, diante de uma prática jornalística regida pela lógica positivista, o jornalista pode assumir um papel de colonizador diante do protagonista.

Nesse contexto, colonizador e colonizado mantêm posições diferentes: o primeiro, figura como “dominante” e, ao segundo, relega-se o lugar de subalterno, ao qual não é dada a oportunidade de expressar sua voz. Para Bhabha, reforça Martino (2010), os espaços de troca cultural estão implicados na dinâmica de disputa de poder. Se o jornalista deixar-se seduzir por esse poder, consciente ou inconscientemente, sua produção será contaminada e o recorte de realidade será prejudicado, uma vez que a compreensão do outro e o respeito à identidade diversa possivelmente não serão alcançados, pois o profissional, funcionando sob esta lógica, dificilmente estará afeto⁷ ao encontro com o protagonista social. Martino esclarece:

A formação das narrativas de identidade, explica Bhabha, está ligada diretamente às possibilidades de se pensar esses discursos como elementos definidores de uma identidade — e, novamente, a definição do “eu” passa por

⁷ “Estar afeto a” é uma chave epistemológica que fala da ternura enquanto paradigma transformador de convivência para interpretação cultural do outro; significa promover uma troca sinestésica entre um sujeito e outro.

um processo de delimitação comunicativa da realidade. (Martino, 2010, p.105)

Na visão de Cremilda Medina (2014), no entanto, há maneiras de facilitar o encontro entre jornalista e protagonista, de modo que as relações de poder se dissipem, tornando o encontro viável e rico em produção de sentidos: “Sujeito e sujeito (não, objeto) deparam em iguais condições, desfaz-se a hierarquia entre a pergunta e a resposta. Inicia-se um processo de troca confiante em que ambos se alteram”, propõe a pesquisadora.

A experiência do encontro produz o que Medina (2008) intitula de “a arte de tecer o presente”, cujo caminho a ser percorrido passa, segundo a autora, invariavelmente por quatro frentes: interpretação do “contexto social, protagonismo anônimo, identidade cultural/raízes históricas e diagnósticos e prognósticos especializados” (p.30). Esse percurso é capaz de ampliar a mirada do repórter/jornalista para a complexidade simbólica do encontro com o outro.

A produção de sentidos dentro dessa perspectiva foge à pressa imposta pelo apego à técnica, puramente: para que se alcance a complexidade do outro necessita-se de tempo. “A neurose do produzir desemboca no *workaholismo*, que transforma a condição humana em mero fator de insumo econômico” (MEDINA, 2003, p.57), quando, de fato, “se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo” (MEDINA, 1986, p.184). Para que se construa o terreno fértil para o diálogo é necessário que se estabeleça o signo da relação.

Nesse mesmo sentido, Maria Rita Kehl (2015) fala do tempo do homem contemporâneo, pautado pela pressa, pelo tempo do mercado, que atropela processos e afetos. Tal lógica também se faz presente na prática jornalística, em especial na produção de notícia, diante da qual a sensação de urgência e a corrida pelo ineditismo, pelo furo de reportagem, apressa o processo de compreensão do acontecimento e do outro e limita a atenção à complexidade de ambos. Quando se abre espaço - e, portanto, quando há tempo - para o “diálogo possível” e, no caso desta pesquisa, intercultural, há o estabelecimento de uma “interação social criadora” (MEDINA, 2016), e é aí onde reside a complexa potência transformadora de um encontro entre jornalista e protagonista social.

Essa forma de interagir com o outro existe a partir da ampliação do tempo da notícia, regido pela lógica de mercado que pede pressa, rendimento e uma produção que em grande medida, sem uma autoria humanizadora (MEDINA, 2016) é descompromissada com o Outro

pois atende a interesses que não estão relacionados ao comprometimento com a compreensão do Outro. Nessa opção duvidosa, da técnica pela técnica, não há lugar para dedicar-se à escuta atenta e cuidadosa do testemunho do outro, que suplanta o tecnicismo e se apresenta numa outra dimensão de entendimento muito mais sutil e aprimorada. O produtor cultural (aqui representado pelo jornalista) torna-se um mero voyeur do sofrimento alheio, conforme pontua Susan Sontag (2003): “O outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não como alguém (como nós) que também vê” (p. 752).

A prática humanizadora da comunicação é aquela que dá condições para o extravasamento da subjetividade do indivíduo, com um respeito empático aos limites do outro, e que toca temas que mexem com a sensibilidade do outro, como o trauma. É a partir do relato de uma sobrevivente de campos de concentração, por exemplo, que Medina (1986, 78) problematiza sobre como “mexer neste domínio privado e intraduzível da dor” pode ser desumano (p. 78). A produção jornalística pautada por rotinas de reduzida dialogia, portanto, tem um potencial intrinsecamente “desumanizador”.

Diante deste desafio, Martino (2010) propõe um deslocamento interessante: em vez de o repórter partir da pergunta “Quem é você?” a sugestão é a troca para “Quem você pensa que é?”, construindo um espaço de diálogo para que o sujeito construa uma narrativa sobre si e sobre a realidade que o cerca. Tal construção não é estática, ela está em constante movimento, permanente transformação, “uma formação descontínua que se constrói em sucessivos processos de desterritorialização e reterritorialização” (Bernd apud Martino, p.34). Esse fluxo constante de deslocamento da posição do sujeito enriquece o repertório e amplia as possibilidades de troca de experiência e história de vida durante a interação jornalista-protagonista social.

Quando falamos de migrantes e refugiados especificamente, situamos o discurso sobre um grupo social que é vítima frequente de desconfiança e estranhamento — comportamentos que podem progredir para episódios de preconceito e xenofobia, quando não há ações efetivas para a desconstrução de narrativas violentas e desumanizadoras. Diante deste Outro em situação de vulnerabilidade sobre o qual trata esta pesquisa, é importante abordar aspectos de construção da identidade. Ao longo do texto, adotarei termos como refugiados e migrantes para fazer referência a este grupo social. Nomear, no entanto, é uma escolha que não é isenta. Há uma série de embates sobre como se referir a sujeitos em deslocamento, pois há um peso político-discursivo em como narrar tais histórias. Não aprofundarei o peso de cada escolha neste texto,

porém esclareço que utilizarei os termos “migrante” e “refugiado” para designar indivíduos que foram vítimas de deslocamento forçado a partir de seu país de origem.

1.2 A questão da identidade no outro migrante

Autores ligados ao campo dos Estudos Culturais, como Woodward (2014), Silva (2014) e Hall (2014), teorizam a construção de identidades. Segundo Woodward (2014), a identidade e a diferença estão intrinsecamente ligadas, a primeira só existe a partir da marcação da segunda. Diz a autora: “Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (WOODWARD, 2014, p.40). Silva (2014) acrescenta que ambas as categorias são ativamente produzidas social e culturalmente, e portanto, passam por transformações e reformulações constantes.

Hall (2014) corrobora esta ideia, complementando que a construção de identidades se dá dentro de um discurso que é produzido em “locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2014, p. 109). Bauman (2005), por sua vez, alerta que a identidade é um conceito que denota contestação. Para este autor, sempre que há identidade, há também uma disputa em campo: “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 83).

As duas categorias em disputa estabelecem uma relação de poder entre si. Conforme explica Silva (2014, p. 82): “Os pronomes ‘nós’ e ‘eles’ não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. O autor recorre às formulações de Jacques Derrida, que argumenta que quando há uma divisão binária, “um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa” (SILVA, 2014, p. 83). No caso da dicotomia “nós” e “eles”, o segundo grupo é aquele que receberá a carga negativa citada por Silva: eles, os outros, os estrangeiros, aqueles que não pertencem àquilo que pertencem, que não compartilham aquilo que me caracteriza; é esse grupo que terá sua identidade contestada.

Bauman (2005) aprofunda a questão da disputa identitária dentro da dinâmica das migrações. Segundo a análise do autor, os migrantes ocupam uma situação de “subclasse” no país que os acolheu, onde “têm negado o direito à presença física dentro de um território sob lei

soberana, exceto em ‘não lugares’ especialmente planejados, denominados campos para refugiados ou pessoas em busca de asilo a fim de distingui-los do espaço em que os outros, as pessoas ‘normais’, ‘perfeitas’, vivem e se movimentam” (BAUMAN, 2005, p.46). É nessa dinâmica que forma-se o contingente de "pessoas redundantes" e “pessoas rejeitadas”, conceitos apresentados por Bauman (2017) que as define como aquelas que são

localmente ‘inúteis’, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações sociais/políticas e subseqüentes lutas por poder (Bauman, 2017, p. 9)

Rejeitadas por serem diferentes, por serem estranhas, por serem estrangeiras. Bauman (2017) segue sua análise argumentando que a coexistência com a diferença é um fator que gera ansiedade. O contingente de refugiados acaba por gerar um estranhamento nos países de acolhida, o confronto entre as identidades de quem migra e de quem recebe o migrante transborda em situações de preconceito porque, de acordo com Bauman (2017, p. 14), esse contato evoca medos. A origem desse medo é o desconhecimento sobre o outro, sobre o estranho, conforme explica o autor, "a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo".

É nessa dinâmica de atrito entre identidades, entre a resistência de ser "devorado" e o ímpeto de "devorar", num ambiente que propicia o encontro entre estranhos, que está imerso qualquer país que se disponha a acolher migrantes, como é o caso do Brasil -- país historicamente forjado por migrantes. Há muitas histórias de acolhimento bem sucedidas, é bem verdade, mas também há histórias de xenofobia e preconceito. Nesse contexto, o jornalista tem uma responsabilidade fundamental para mediar socialmente a discussão sobre de preconceitos.

1.3 Uma breve citação: fluxos migratórios no Brasil

Em 1530, o português Martim Afonso de Sousa conduziu a expedição que é considerada com um marco inicial da colonização portuguesa em terras que se tornariam brasileiras. Nas décadas seguintes, o Brasil foi destino de inúmeras missões de exploração do território: espanhóis, franceses e jesuítas portugueses desbravaram novas terras e fundaram cidades. São Vicente, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro são algumas das fundações do período.

Com a proibição da escravização indígena, em 1570, iniciou-se então a importação de africanos escravizados para trabalhar principalmente na lavoura de cana de açúcar. Levantamentos citados pelas autoras apontam que até o fim do tráfico negreiro, em 1850, cerca de 4,9 milhões de africanos escravizados chegaram ao Brasil. Em 1584, a estimativa era de que a população era composta por 18 mil “índios domesticados⁸”, 14 mil escravos e 25 mil brancos.

A partir de 1600, holandeses ocuparam territórios no Nordeste, atraídos pelo lucrativo negócio da indústria açucareira. Durante o período colonial, o tecido social brasileiro era composto majoritariamente por portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, indígenas, negros escravizados e brasileiros natos, nascidos a partir da consolidação do fluxo colonizador. A partir de 1808, com a abertura dos portos e, mais intensamente a partir de 1822, com a independência, outros migrantes começaram a chegar no país. Chineses, suíços e alemães fizeram parte das primeiras levas. Japoneses, escravos e árabes também migraram no final do século XIX. Em 1887, um contingente de 34.710 migrantes, em sua maioria italianos, chegou a São Paulo atraídos pela lavoura de café.

O século XX, com seus avanços tecnológicos que possibilitaram viagens mais rápidas e a sensação de “encurtamento de distâncias” fez com que o Brasil se tornasse destino para diferentes povos. Esse breve percurso histórico, a partir da obra de Schwarcz e Starling (2015), mostra a vocação do país para receber estrangeiros e como o país — e suas riquezas e desenvolvimentos — foi forjado por migrantes.

A partir de 2010, o Brasil passou a registrar um aumento significativo no número de solicitações de refúgio. De acordo com dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre 2010 e 2017, foram recebidas 126.102 solicitações; 86.007 ainda aguardavam julgamento à época da divulgação do relatório, em meados de 2018. Os dados preliminares de 2018 dão conta de que nos sete primeiros meses do ano, foram registrados 41.915 pedidos.

⁸ Apesar de não haver registros, os levantamentos a partir dos relatos de viajantes e dos primeiros colonizadores indicam que a população indígena que habitava o Brasil em 1500 estava na casa dos vários milhões. Na atualidade, a população é inferior a 800 mil.

Tabela 1 - Número de solicitações de refúgio registradas por ano no Brasil

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de solicitações de refúgio	3.220	4.022	17.631	28.385	28.670	10.308	33.866	41.915 ⁹

Fonte: Refúgio em números - 3ª edição. Secretaria Nacional de Justiça, 2018.

Diante dos números, cabem algumas ponderações. O expressivo aumento apresentado entre os anos 2012 e 2013 se deve ao fato do aumento do fluxo migratório de haitianos para o Brasil, decorrente de um terremoto que devastou o país em 2010. Por meio de rotas clandestinas, os migrantes chegavam ao Brasil cruzando a fronteira pelo Estado do Acre. O aumento da demanda e a precariedade das condições de acolhidas serviram como instrumento de pressão contra o governo brasileiro e, em 2012, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) enfim publicou uma resolução¹⁰ que estipulava a concessão de visto humanitário para haitianos, limitados a 1.200 por ano.

O número, no entanto, ficou muito aquém da demanda e gerou ainda mais instabilidade, uma vez que, para entrar no Brasil, era necessária a emissão prévia do visto. Aqueles migrantes que não obtiveram a regularização tinham a entrada no país dificultada. Novamente, a pressão teve efeito e as fronteiras foram reabertas normalmente. Assim, os haitianos que não conseguiam o visto humanitário, acionavam o recurso do refúgio para garantir a sua permanência regularizada no Brasil. O fluxo intenso colaborou diretamente para o aumento de solicitações de refúgio entre 2012 e 2013: o número subiu de 3.310 para 11.690 de um ano para o outro.

A presença de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah) entre 2004 e 2017 é interpretada como um dos motivos que atraiu esse contingente para o país. Durante o período de permanência das tropas, laços de fraternidade foram construídos, mas não é possível ignorar que também houve irregularidades. Soldados

⁹ Os números consolidados de 2018 ainda não foram oficialmente apresentados. O contingente de 41.915 é referente aos primeiros sete meses do ano e foram obtidos pelo portal G1 via Lei de Acesso à Informação, em agosto de 2018. Fonte: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/22/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 23 janeiro 2019.

¹⁰ A Resolução n.97/2012 estabeleceu a concessão de 1.200 vistos a haitianos, por razões humanitárias, em decorrência do “agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. Com validade de dois anos, a normativa foi prorrogada em quatro ocasiões. Fonte: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 23 janeiro 2019.

brasileiros foram acusados de cometer abusos sexuais contra mulheres e crianças. De acordo com as denúncias, os militares sugeriam a troca de comida por favores sexuais, conforme mostram estudos como “Sexual exploitation and abuse at the hands of the United Nations’ stabilization mission in Haiti”, publicado em 2017¹¹. À parte dos episódios evidentemente lamentáveis e condenáveis, o Brasil se tornou uma referência para os haitianos que partiram para fugir da crise generalizada em seu país de origem.

Entre 2014 e 2015, o Brasil recebeu migrantes senegaleses, sírios, bengalis e nigerianos em grande volume, o que também contribuiu para o incremento da estatística. No caso dos senegaleses, a migração é, em sua maioria, por motivos econômicos e a rota de entrada segue os mesmos padrões daquelas utilizadas pelos haitianos. Os sírios convivem com uma guerra civil generalizada desde 2011, o que motivou o êxodo de cerca de 13 milhões de pessoas¹² — incluindo as arriscadas travessias em botes de lona precários pelo Mediterrâneo em direção à Europa. A migração bengali também é, em sua maioria, motivada por motivos econômicos. No caso dos nigerianos, ao fator econômico, soma-se também a perseguição religiosa aos cristãos e a ascensão de grupos terroristas, como o Boko Haram.

O agravamento da crise política na Venezuela, com desdobramentos sociais e econômicos, acabou por gerar um intenso fluxo migratório a partir de 2017. Além de outros países latino-americanos, como Argentina, Colômbia e México, o Brasil tem sido um destino preferencial para o contingente de migrantes venezuelanos que deixam suas casas para escapar de uma profunda crise política, econômica e social, e partem em busca de melhores perspectivas ou para preservar sua vida por conta de perseguições de cunho político.

De acordo com dados do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹³, desde 2015, cerca de 2,7 milhões de venezuelanos deixaram o país em direção a outros destinos. Segundo a Polícia Federal (PF), entre 2015 e outubro de 2018, 85 mil venezuelanos procuraram o posto de fronteira para regularização, sendo que 54,1 mil solicitaram refúgio e 18,9 mil, residência¹⁴. A PF ainda divulgou dados sobre a entrada de venezuelanos pela fronteira de

¹¹ Fonte: <http://cepr.net/images/documents/UNSEA_11JAN17_FINAL.pdf>. Acesso em 23 janeiro 2019.

¹² Fonte: <<https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>>. Acesso em 23 janeiro 2019.

¹³ Fonte: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>>. Acesso em: 22 fevereiro 2019.

¹⁴ Fonte: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>>. Acesso em: 22 fevereiro 2019.

Pacaraima/Roraima entre 2017 e 2018: foram registradas 176.259 entradas, mas 90.991 (51,6%) migrantes saíram do país¹⁵.

Em 2017, 17.865 venezuelanos pediram refúgio no Brasil, de acordo com informações do Ministério da Justiça¹⁶. Em 2018, uma média de 5 mil venezuelanos saíram por dia da Venezuela¹⁷. Ainda que os números totais de 2018 não estejam consolidados pelas autoridades brasileiras, fica evidente o aumento brusco do número de migrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil no biênio 2017-2018. Os protagonistas sociais aos quais esta pesquisa busca compreender, são originários destes países listados, mas também de outros — estima-se que pessoas de mais de 90 países tenham pedido refúgio no Brasil na última década. Elas trazem consigo histórias de vida, repertórios culturais, visões de mundo, saberes e também sofrimentos e episódios que muitos tentam esquecer.

Diante da pluralidade e complexidade das trajetórias individuais e coletivas, sociais, o jornalista tem o desafio de cultivar um ambiente propício para que a troca com o Outro se estabeleça sob a sensibilidade do signo da relação. Para além do respeito e esforço compreensivo sobre as identidades, é necessário também estar atento aos tempos que atravessam a relação jornalista-protagonista social, como será apresentado a seguir. Pois é neste intrincado mosaico que se dá o mistério do ato presencial e se desenvolve a “arte de tecer o presente” (MEDINA, 2003).

¹⁵ Idem 13.

¹⁶ Fonte: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refugio-em-nasmeros_1104.pdf>. Acesso em: 22 fevereiro 2019.

¹⁷ Idem 12.

2 ANACRONISMOS E SINCRONISMOS: SOBRE OS TEMPOS QUE COEXISTEM NO ESPAÇO DE DIALOGIA SOCIAL

Reflexões sobre o tempo já inspiraram poetas, escritores, artistas, pensadores. Até mesmo na Bíblia há registros sobre o tempo: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”¹⁸. Aqueles que se dispõem a pensar sobre a condição humana invariavelmente se deparam com a pergunta: o que há depois da morte? Quando tudo isso, a vida, já não existir do jeito que é, o que restará? Movemos nossa existência pela mescla do antes, durante e o depois; passado, presente, futuro. O tempo cronológico se funde a outros tempos subjetivos — biológicos, da realidade material ou produção cultural. O que lembramos, o que esquecemos, o que gostaríamos de esquecer. O que somos e o que gostaríamos de ser. Os erros que cometemos e as reparações. A vontade de mudança e o convívio com a mediocridade. Momentos que parecem durar para sempre e momentos evanescentes. Sensações tão inerentes à vida que passam despercebidas. O tempo se manifesta no verbo, na impossibilidade do futuro do pretérito, na concretude do presente.

Ao pensar sobre os rumos desta pesquisa, me deparei com a questão do tempo. Dos tempos, melhor dizendo. É inescapável falar sobre eles e como eles atuam sobre a relação jornalista-entrevistado. São múltiplos os tempos que se inter-relacionam no fazer jornalístico. Sobre o jornalista, por exemplo, agem os tempos da notícia, do mercado, o tempo cultural que quer compreender tudo o mais rápido possível. Sobre os entrevistados, há o tempo da memória, do trauma, o tempo cronológico que é disponibilizado ao jornalista. Sobre ambos, o tempo histórico, econômico e político. É na fricção, no encontro, na borda, e mesmo na sobreposição desses tempos, que a notícia encontra o seu espaço — e é aos tempos que esse capítulo se dedicará.

Na abordagem pelo viés do jornalismo, o tempo da notícia será trabalhado neste capítulo a partir do embate entre a lógica positivista da produção em contraponto à noção de narrativas da contemporaneidade (MEDINA, 1988, 2003, 2006; MELO, 2006) que trazem um novo paradigma ao processo comunicacional, ao encontro entre jornalista e protagonista social. O tempo da memória será tratado a partir das contribuições da Psicologia Social e Sociologia

¹⁸ O livro de Eclesiastes dedica alguns versículos (Ecl 3, 1-22) sobre os diferentes tempos que coexistem “debaixo do céu”. Quem decide sobre a duração, permanência ou interrupção, segundo a crença cristão explicitada no referido trecho bíblico, é Deus.

(BOSI, 2003; DEBORD, 1997, GAGNEBIN, 2009). O tempo do trauma, por sua vez, será analisado por meio das contribuições do campo da Psicanálise trazidas por autoras que discutem o tema (KEHL, 2015; KNOBLOCH, 1998; ROSA, 2016). Além disso, os tempos histórico, cultural, econômico e político serão abordados à luz das proposições da História e da Filosofia (LE GOFF, 2003; BLOCH, 2011; ARENDT, 2008).

2.1 Sobre o tempo histórico

Em uma de suas obras seminais, o historiador francês Jacques Le Goff (2003) aborda a questão do tempo histórico e sua contribuição na formação da memória coletiva a partir de uma leitura que abarca diferentes períodos da História, da Antiguidade à Idade Contemporânea. Segundo o autor, a construção do pensamento acerca do tempo foi influenciada por uma série de fatores, dos mitos à mentalidade medieval arraigada ao Cristianismo. O homem da Idade Média, para Le Goff (2003), vivia em constante anacronismo e só no final deste período histórico, em meados do Século XV, é que a ideia de passado começa a ser compreendida, por provocação da datação do tempo nos relógios mecânicos. A cronologia passa a criar uma noção de perspectiva histórica do passado, e a partir disso surgem também o temor da morte — dada a apreensão causada pela realidade da brevidade e finitude da vida terrena — e também a proposta de fruição do presente.

Já a partir do final do Século XIX e início do Século XX, novas interpretações ao tempo são aplicadas. O passado é visto com nostalgia ao passo que o futuro causa temor. Le Goff (2003) pontua que a literatura, a filosofia e a psicanálise contribuíram diretamente para a mudança de paradigma. O passado, na psicanálise, segundo a leitura de Le Goff (2003) com aportes de Jean Piaget, é, na verdade, reconstruído em função do presente; e o presente é explicado por meio do passado. Le Goff (2003) defende que a psicanálise, a Sociologia e o Estruturalismo esvaziam o passado. Apenas a partir da Escola dos Annales¹⁹ é que ficou

¹⁹ Movimento fundado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre que combina diferentes campos do saber e propõe uma leitura histórica a partir de problemáticas que ampliam o olhar sobre os fatos. É uma abordagem interdisciplinar que complexifica o saber histórico uma vez que não se resume à organização do passado por meio da cronologia, mas sim pela análise de fenômenos a partir de perguntas-problema. Uma inovação trazida pela Escola dos Annales é o alargamento do conceito do tempo histórico: não mais compreendido como uma sucessão periódica, mas como sendo de “longa duração”, ou seja, que engloba a interação entre acontecimentos históricos e fatores sociais, econômicos,

difundido na História o método que propõe o duplo movimento no qual se pretende compreender o presente pelo passado e compreender o passado pelo presente.

Marc Bloch (2011), um dos fundadores da Escola dos Annales, comenta a mudança de paradigma em relação ao tempo histórico: “Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2011, p. 55). Bloch (2011) acrescenta que o tempo histórico é um *continuum*, sujeito à permanente mudança.

A História, diz Bloch (2011, p. 55), é a “ciência dos homens, no tempo”. O tempo histórico, pois, é aquele que registra as vicissitudes humanas e suas conquistas, glórias, derrotas, avanços e retrocessos, ascensão e quedas de governos e impérios, acontecimentos que marcam períodos e relatos individuais anônimos que ajudam a compreender determinado fenômeno. É neste tempo, portanto, que estão inscritos sociedades e indivíduos, sujeitos às mudanças provocadas por fatores como economia, política, cultura, enquanto são elaboradas as memórias individuais e coletivas.

2.2 Sobre o tempo da memória

Em relação à construção coletiva da memória, Le Goff (2003) sugere um percurso de compreensão deste fenômeno. Nas sociedades apócrifas, a formação e transmissão dos mitos de origem se dava por meio da oralidade. Nesse caso, a memória coletiva garantia a coesão do grupo e era construída ao longo de gerações, sem que fosse necessariamente um exercício de rememória, de repetição. A narrativa e a sucessão cronológica de acontecimentos ocupava lugar de maior importância do que a lembrança palavra a palavra, o que conferia mais liberdade criativa às narrativas.

Na Antiguidade, a memória coletiva se desenvolve a partir do registro técnico: “nomear é conhecer” (LE GOFF, 2003, p. 431). A necessidade de registros escritos está ligada ao florescimento do comércio e também à instalação do poder monárquico — compilar dados era uma forma de exercer controle sobre o reino. Acreditava-se, segundo Le Goff (2003), que com a escrita a consequência natural seria o esquecimento porque os indivíduos teriam maior

políticos, culturais. Le Goff foi aluno de Bloch e Febvre e alinhado às produções dos membros da Escola dos Annales.

confiança nas palavras do que no exercício da memória. Nesse período, a memória também se torna um componente da retórica e surgem também monumentos e lugares de memória.

A Idade Média foi palco daquilo que Le Goff (2003) chamou de “cristianização da memória”, exemplificada pela junção entre a memória litúrgica e a memória laica. Pensadores da época, como Santo Agostinho, ligaram a memória à inteligência e ao amor, por exemplo, e defendiam que uma característica não existe sem a outra. O período medieval também valorizou a velhice e acompanhou o surgimento de arquivos urbanos, o que tornou a memória urbana central naquele momento. Memória oral e escrita não são compreendidas como conflitantes, mas com a serventia de suporte uma à outra.

Na Modernidade, o surgimento da imprensa, por volta de 1400, e da fotografia, cerca de 200 anos depois, revolucionam a construção da memória coletiva. Com a imprensa, o leitor é impactado por relatos individuais e coletivos de maneira contínua, alterando a sua percepção sobre o tempo e também tornando palpável a concepção coletiva de registro histórico e social. Já a fotografia possibilitou o registro imagético de pessoas, cenas e lugares e suas transformações ao longo do tempo, impactando nas noções sobre os embates entre permanência e transitoriedade da vida humana. A Modernidade, comenta Le Goff (2003), também testemunhou a proliferação de monumentos de lembrança, como medalhas, troféus e placas, e a expansão de arquivos e museus, o que denota o aumento significativo de atenção e valorização da memória.

A partir do Século XIX, a contemporaneidade permitiu um salto no volume de memória coletiva. Notas, fichas, catálogos, e outros materiais impressos foram sistematicamente armazenados em bibliotecas durante este período. No século seguinte, após os anos 1950, avanços no campo da eletrônica e do armazenamento digital possibilitaram uma nova “revolução da memória” (LE GOFF, 2003, p. 462). A automatização da memória, por meio das máquinas, conferiu estabilidade e facilidade de acesso, funcionando como uma peça auxiliar à memória humana. Com o advento das Ciências Sociais na segunda metade do Século XX, a busca da memória coletiva se deu “não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, [...] menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico” (LE GOFF, 2003, p. 466).

Nesse contexto, a Nova História²⁰ rejeita a temporalidade linear em favor da multiplicidade de tempos vividos de modo que individual, social e coletivo fundem-se e atuam sobre a constituição das identidades. Le Goff (2003) alerta que a memória coletiva é um instrumento e objeto de poder e, portanto, suscetível a disputas narrativas. O autor argumenta que veículos como rádio, televisão e jornal são produtores de memória, mas também agem como meios de controle sobre como a memória é produzida. Isto é, influenciam a elaboração da memória a partir das escolhas narrativas e das versões da realidade que são contadas. Para o historiador francês, a preservação da memória tem um objetivo muito claro:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p. 471)

Ao abordar a memória do indivíduo, é necessário que se fale, ainda que brevemente, sobre alguns aspectos que a cercam, como a rememoração, o esquecimento e a conservação. A rememoração é o processo de resgate do acontecimento passado e sua revivescência no presente. Tal ressurgência, por assim dizer, não tem a pretensão de ser fidedigna à memória original mas, segundo Gagnebin (2006), “visa à transformação do presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 55). O acesso à memória pode ser um processo falho que “em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado” (GAGNEBIN, 2006, p.55), continua a autora. Ainda sobre o esquecimento, inerente ao processo de rememoração, Ecléa Bosi²¹ relata sua experiência ao entrevistar japoneses pacifistas que negavam os episódios nucleares em Hiroshima e Nagasaki. Diz a pensadora: “Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas” (BOSI, 2003, p.18).

A constituição da memória, por sua vez, é tema amplamente investigado por Ecléa Bosi, que explica que a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns” (BOSI, 2003, p.31). Tal acontecimento se apresenta inserido num contexto cultural que impacta diretamente sobre a apreensão do indivíduo em relação àquilo que foi vivido.

²⁰ Corrente historiográfica seguida por Le Goff, que ganhou força a partir de 1970, e que valoriza não só os documentos históricos, mas também relatos e experiências individuais.

²¹ Ecléa Bosi foi professora titular e emérita do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho no IP-USP, com extenso trabalho de pesquisa sobre a memória. Faleceu em julho de 2017, aos 80 anos.

Na intersecção entre o esquecimento e o processo de conservação da memória, vale também recorrer à arte para ampliar a compreensão do fenômeno. Em seu livro “O sentido de um fim”, o escritor inglês Julian Barnes fala, por meio de seu personagem principal, Tony:

(...) à medida que as testemunhas da sua vida vão diminuindo, existe menos confirmação, e portanto menos certeza, a respeito do que você é ou foi. Mesmo que você tenha registrado tudo assiduamente — em palavras, sons, imagens —, você pode descobrir que se dedicou à forma errada de registro. Como era mesmo a frase que Adrian costumava citar? ‘A história é aquela certeza fabricada no instante em que as imperfeições da memória se encontram com as falhas de documentação’. (BARNES, 2012)

O trecho de Barnes mostra a angústia e o conflito do personagem ao deparar-se com a sua limitação em chegar à versão mais “fidel” de sua memória. Como forma de contornar a dificuldade, Tony vê dois caminhos possíveis para confirmar sua versão: testemunhas e a dica do amigo Adrien em relação à documentação dos fatos. Sobre este tema, da conservação da memória, Gagnebin (2009) resume que essa construção se dá por meio da transmissão oral “frágil e efêmera” e do registro escrito “que talvez perdure por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência” (GAGNEBIN, 2009, p.11). Nesse sentido, pode-se dizer que o jornalismo tem contribuição direta na conservação da memória de uma sociedade e, mais do que isso, o jornalista tem o poder de decisão sobre quais vozes e histórias serão escutadas e publicadas e, portanto, registradas como um exercício mnemônico de um tempo-sociedade-indivíduo.

A memória, vale ressaltar, tem sua temporalidade bem delimitada. Conforme explica Gagnebin (2009), “a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2009, p.44). Ou seja, a memória tem como morada o passado mas, por meio do processo de rememoração pode se fazer presente, uma vez que a rememoração é a “memória ativa que transforma o presente” (GAGNEBIN, 2009, p.59), conforme complementa a mesma autora, evocando os escritos de Walter Benjamin.

Essa construção pode ser atravessada por uma experiência traumática, que ocorre quando um acontecimento excede a capacidade da elaboração do sujeito e altera a temporalidade da memória. Knobloch (1998) recorre a Ferenczi ao postular que o tempo do trauma está fora do tempo cronológico, que se manifesta num “presente sem presença”. Para explicar melhor essa ideia, a autora desdobra o presente em três possibilidades: vulgar,

cronificado e absoluto. O primeiro se apresenta de acordo com a flecha do tempo: é o tempo histórico que se apresenta como antes, durante e depois. O presente cronificado é aquele que mora na melancolia, conforme define a autora, “presente infinito que nem se inclina sobre o passado, nem se projeta para o futuro, parece viver eternamente” (KNOBLOCH, 1998, p.118). Por fim, o presente absoluto é aquele que não se apreende em uma representação: “o sujeito não se representa, ele é; não significa, apresenta” (KNOBLOCH, 1998, p. 119), resume a autora.

Portanto, de acordo com esta abordagem, o trauma situa-se fora do tempo cronológico, pois não se inscreve e não se representa, mas enquanto “experiência do impossível”, ele faz parte do presente absoluto, formando sua própria cronologia no que foi nomeado de “tempo do traumático”. Compreender essa limitação — ou ampliação — da dimensão de temporalidade é condição precípua para que se apreenda a complexidade do trauma em si. O trauma é a impossibilidade do esquecimento.

Ao relacionar a temporalidade do traumático com os demais tempos, em especial o tempo da notícia, é possível dizer que a interação entre jornalista e entrevistado (quando este é uma pessoa em contexto de vulnerabilidade produzida por uma experiência traumática) provoca um congelamento da posição de sujeito entre o tempo da narrativa e o tempo do traumático. O jornalista convoca à lembrança daquilo que não pode ser esquecido. A construção da memória e a ressignificação do presente é uma tentativa de recuperação do lugar do sujeito, sem que o foco esteja centrado no luto, mas nas potências e possibilidades de construção do sujeito.

Cabe ao jornalista, pois, exercer seu papel de autoria na mediação social e cultural e possibilitar um espaço genuíno de troca no qual o sujeito entrevistado, o protagonista social, tenha a liberdade para transitar entre diferentes posições/tempos do sujeito, de modo que ele possa contar de si segundo seus próprios termos e limites.

2.3 Intersecções entre as temporalidades

Diante da multiplicidade de tempos que permeiam a relação jornalista-entrevistado, fica claro que eles não são sempre congruentes e o conflito entre cada uma dessas dimensões de temporalidade é constante — e apresenta-se como um desafio à dialogia. O trauma, por exemplo, segundo Botella (2002, p. 47), conforme citado por Moreno (2009, p. 147), pode ser concebido como o “avesso da memória”, uma vez que a ruptura causada por um acontecimento

traumático torna impossível a dupla movimentação que é intrínseca “à prova de realidade, realizada pela memória, que pressupõe a negação da percepção do objeto para poder investi-lo na representação, bem como sua reprodução na representação para reencontrá-lo na realidade” (BOTELLA, 2002, p. 47, apud MORENO, 2009, p. 147). O sofrimento do pensar o trauma, complementa Knobloch (1998), tem origem no acontecimento, naquilo que ainda não foi pensado nem elaborado e que portanto ainda pulsa.

Knobloch (1998) complementa a noção de ruptura de temporalidade provocada pelo trauma ao dizer que “o acontecimento é um incidente, mesmo que ínfimo, é perturbador: ele rasga a trama do tempo e, através desse rasgão, introduz-nos num outro mundo, fora do tempo vulgar” (KNOBLOCH, 1998, p.123), no que a autora chama de “ausência do tempo”. Tal abstração leva ao entendimento definitivo de que o trauma não possui uma temporalidade específica, mas o que se pode chamar de não-temporalidade.

A memória, por outro lado, tem construção ativa, é uma “forma organizadora”, como postula Ecléa Bosi (2003), ao passo que é “importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo” (BOSI, 2003, p.56). Ou seja, ao provocar o processo de rememoração, é preciso respeitar o tempo do indivíduo que empreende esse resgate aos recônditos da memória e mais: nesse contexto é também necessário interpretar, inclusive o esquecimento. O trauma, no entanto, prescinde desse lapso pois, conforme reforça Gagnebin (2009, p.99), “é próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição”.

É justamente nesse quadro complexo de memórias, traumas, esquecimentos, resgates e temporalidades múltiplas que também se insere o trabalho do jornalista na produção de notícia, com o propósito de ampliação e elaboração de sentido das narrativas da contemporaneidade. E é nessa intersecção, no atravessamento do tempo da notícia sobre o tempo do trauma e da memória, que residem os conflitos. Como foi trabalhado anteriormente, o tempo da notícia, por natureza, é o tempo do acontecimento, do imediatismo, da urgência, e que portanto vai de encontro às dimensões temporais e atemporais da memória e do trauma. Já o jornalista, enquanto mediador-autor social, se lança à proposta de compreender e respeitar a complexidade de tais temporalidades, e intuir e criar narrativas perante o conflito entre tais tempos na tessitura dos sentidos e da produção simbólica que compõem as narrativas da contemporaneidade.

Hall (2016) alerta para o campo de atuação do jornalista, que está inserido num contexto de “disputas de relações de poder” (HALL, 2016, p. 42) no qual a representação, ou a produção de sentido, está imbricada nas “relações sociais, culturais, econômicas e políticas das formações sociais nas quais elas [relações de poder] operam” (HALL, 2016, p. 42). O autor ainda defende que a construção de sentido atua como simbolização da realidade que representa o mundo sob diferentes perspectivas a partir das práticas representacionais ligadas a grupos sociais múltiplos e, portanto, capazes de produzir sentidos polissêmicos. Ainda em relação à elaboração de sentido, Arendt (2008), acrescenta que “o resultado da compreensão é o significado, a que damos no próprio processo de viver, na medida em que tentamos nos conciliar com o que fazemos e sofremos” (ARENDT, 2008, p. 331).

Ora, ao se lançar em direção ao desafio misterioso da compreensão do Outro, o jornalista necessita levar em consideração que, no caso dos refugiados, são sujeitos que em sua maioria vivem sobre uma categoria de sofrimento provocada pela situação traumática vivida no deslocamento forçado. A escuta e o diálogo, portanto, devem ser guiados pela possibilidade viva de compreensão e não por uma mera curiosidade desagregadora, que desorganiza o sujeito. É a crítica feita por Sontag (2003), ao dizer que “o sofrimento de determinadas pessoas tem um interesse muito mais intrínseco para determinado público (admitindo-se que o sofrimento deva ter um público) do que o sofrimento de outras pessoas”, (SONTAG, 2003, p. 1203). Ao expor o entrevistado à presentificação de tal sofrimento, o jornalista se aproxima de um limite complicado e invisível da sujeição à uma potencial violência.

Bauman (2013) também observa que a pós-contemporaneidade produz incertezas, vulnerabilidades e estranhamentos, especialmente quando se fala em fluxos migratórios e deslocamentos forçados. É um quadro, segundo o filósofo, com um grande potencial desumanizador e, por isso, o contato com o outro nos convoca a reforçar compromissos éticos, inclusive no exercício de escuta. Diz Bauman (2013):

“A negação da subjetividade desqualifica os alvos selecionados como parceiros potenciais do diálogo; qualquer coisa que possam dizer, assim como o que teriam dito se lhes dessem voz, é a priori declarado imaterial, se é que se chega a ouvi-los.” (BAUMAN, 2013, p. 78)

A migração, foco desta pesquisa, é também um processo simbólico, conforme defende Canclini (2016), em torno do qual formam-se estéticas e linguagens.

A migração implica um modo radical de experimentar a incerteza e a passagem de uma maneira de nomear e dizer à outra: essa descontinuidade é maior se, quando se vai para outro país, muda a língua (CANCLINI, 2016, p. 66).

No caso, impõe-se também o desafio de traduzir a experiência em uma língua diferente, que provoca o entrevistado a procurar novas formas de relatar. Canclini (2016) conta que um dos recursos utilizados quando a dificuldade se levanta, é a utilização de recursos como metáforas e até mesmo de uma imaginação criadora, que pode distanciar o discurso do sentido real. Aqui também se manifestam as aproximações com o gesto da arte e a fluência poética como recurso narrativo.

Imerso em um cenário no qual convivem diferentes temporalidades e maneiras de falar de si, o jornalista é convidado a produzir lugares de identificação, exercitando ao máximo seu potencial de mediação social, ao aproximar o sofrimento do outro à realidade. Para isso, é imperativo que se mantenha a permanente atenção aos limites de acesso à dor do outro, respeitando o tempo de elaboração da memória e do discurso, a partir do entendimento de que tais tempos não seguem o mesmo ritmo do tempo da notícia. **A partir do momento em que o jornalista compreende a complexa dinâmica da entrevista com um sujeito que viveu uma experiência traumática, há uma brecha para criar um espaço de dialogia no qual a empatia e a escuta respeitosa têm um potencial de produção simbólica ímpar, que ofereça caminhos para uma possível e profunda compreensão do outro.**

“Narrar é resistir”

Guimarães Rosa

3 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS, NARRATIVAS HUMANAS

Narrar faz parte da natureza humana. Das cavernas de Lascaux, onde os primeiros sapiens pintaram – e contaram sobre – as presas de sua caça, até os tweets com 280 caracteres, passando também por expressões como rap, repente, romance e epopéias gregas, que descreviam as grandes aventuras humanas. As formas de narrar, de unir realidade ao imaginário, são inúmeras. A narrativa, enquanto forma de compreensão do mundo e seus fenômenos, não é exclusividade da literatura ou de outras expressões artísticas, como o teatro ou a música.

Narrar é uma “necessidade vital” (MEDINA, 2006, p.67), organizar a realidade enquanto narrativa é um impulso humano (MOTTA, 2005), e como tal, faz parte do cotidiano em múltiplas frentes, inclusive no jornalismo. O foco deste capítulo é reunir saberes sobre a construção de narrativas e como o jornalismo se apropria desta forma de contar o mundo naquilo que Cremilda Medina cunhou de “narrativas da contemporaneidade”.

3.1 O narrar como atividade intrinsecamente humana

As narrativas são formas possíveis de organizar o mundo em uma sequência lógica e compreensível. Motta (2005, p.2) explica que

a partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem em perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maior das coisas do mundo.

O ato de narrar, portanto, depende de um narrador que se proponha a empreender tal tarefa descrita pelo autor.

Walter Benjamin (1994, p.197), ao analisar a obra do romancista russo Nikolai Leskov, alerta que a “arte de narrar está em vias de extinção”. Para ele, quando se pede a alguém para narrar algo, cria-se uma situação embaraçosa: “É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”

(BENJAMIN, 1994, p.198), complementa. O exercício contínuo da narração seria capaz de superar o constrangimento, aconselha Benjamin.

O sociólogo e ensaísta alemão ainda descreve algumas características de bons narradores e destaca: “Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada” (BENJAMIN, 1994, p. 215). Além de relatar uma história, o narrador também coloca um pouco de si naquilo que conta, agregando suas experiências, saberes e repertório cultural; atribuindo novos significados, reforçando argumentos, e acrescentando tons de autoria a relatos.

A forma como o narrador se coloca é determinante para os rumos e a compreensão da narrativa. Para transformar o real em simbólico, em produto cultural, o narrador articula “o racional, o intuitivo e o operacional” (MEDINA, 1999, p. 24) e nessa produção há uma intenção. Motta (2005, p.3) alerta que “quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua”.

Ora, se aplicarmos isso ao jornalismo, teremos o jornalista assumindo o papel de narrador, tendo sobre ela influências internas – que dizem respeito ao seu repertório e bagagem cultural, ideologias e, claro, o inconsciente agindo silenciosamente – e externas – a pressão do mercado, as escolhas editoriais do veículo em que será publicada sua produção, a influência da audiência, isso só para citar alguns dos fatores que interferem na produção jornalística. Conforme resume Motta (2005, p.3): “As narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições de hierarquia e de poder”.

Ao transformar um fato, uma informação, em narrativa, o jornalista atribui significado ao real. Para Benjamin (1994, p. 204), essa transformação tem o potencial de, inclusive, alterar a temporalidade e o valor do fato. Diz o autor: “A informação só tem valor no momento em que ela é nova (...) Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver”. Ou seja, a narrativa jornalística é passível de ressignificação a partir da mudança de contexto histórico, social e/ou cultural, facilitada pelo distanciamento cronológico do fato à reinterpretação. A narrativa jornalística não é definitiva, embora possa ser alçada à categoria de documento histórico, conforme discutido anteriormente.

3.2 A narrativa como método jornalístico

Na complexa tarefa de mediar a compreensão do mundo, o jornalista tem o apoio de diferentes linguagens e métodos a seu dispor. Vídeos, fotografias, áudios, texto, depoimentos, estudos científicos são alguns dos suportes que sustentam a narrativa jornalística. Em sua especificidade, tal narrativa torna-se o ponto de contato entre o repórter/jornalista e a realidade, e é por meio dela que o leitor²² apreende o mundo. “Eis a narrativa como método para descobrir coisas não conhecidas antecipadamente pelo repórter. No ato de ir ao encontro do mundo e do outro tornam-se claros e compreensíveis os acontecimentos humanos, por meio das narrativas” (OSORIO VARGAS, 2016, p. 120).

O encontro com o mundo descrito por Osorio Vargas engloba não só a dimensão técnica e racional, mas também a experiência do sensível. O dogma da objetividade do discurso jornalístico tem como característica o distanciamento do narrador. Se adepto desta visão sobre a prática, o jornalista torna-se, como comenta Motta (2005, p.8), “um narrador discreto” que busca “camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação. É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença”.

É justamente esse paradigma que é questionado por Cremilda Medina ao longo de sua obra. Para a jornalista e pesquisadora, a narrativa quando desenvolvida com autoria, tem um potencial de emancipação. “O contato e a observação da cena real desafiam a produção simbólica para a compreensão complexa, diga-se, contraditória, conflitiva e exige do repórter a desconstrução de travas ideológicas alimentados por certezas conceituais” (MEDINA, 2017, p.6). Por meio da dialogia social, o autor, que domina a instância do real, inclui em sua narrativa – e cria – narradores, trazendo à cena uma multiplicidade de vozes (polifonia) e sentidos (polissemia).

O exercício da descentralização do autor para a inclusão das vozes dos Outros tem poder criativo e torna a narrativa mais inovadora, inclusiva e sensível. Ao assumir o papel de mediador social, o jornalista abdica de certezas e parte em busca do indeterminável; troca a coerência pelas contradições; contraria a lógica de causa e efeito pela intercausalidade; abandona

²² Aqui utilizo apenas o termo leitor, mas o mesmo raciocínio se aplica a outras formas narrativas. Incluem-se aí, portanto, ouvintes, espectadores e outros interlocutores do processo de produção e consumo de notícia.

dicotomias e maniqueísmos para alcançar pluralismos de ideias, pensamentos e visões de mundo; não utiliza argumentações conclusivas, e se atenta à intuição interrogante²³.

O jornalista, para Osorio Vargas (2016, p. 119,) assume um papel de transculturador ou mediador, “colaborando na fundação de uma comunidade por meio da narrativa”. O autor explica que no processo de aculturação, uma cultura sobrepõe-se à outra, quando na transculturação “a preponderância de um povo sobre o outro desaparece, para dar lugar ao diálogo como encontro com o outro, reincorporando saberes que geram plasticidades culturais e dão sentido às novas formas de expressão” e, diante deste processo de troca, “reduz-se a distância entre o repórter-narrador e seus 'entrevistados'” (OSORIO VARGAS, 2016, p. 119).

Walter Benjamin faz uma crítica às notícias que encontra nos jornais. Para ele, o objetivo não é a narrativa, mas a valorização do fato por meio das explicações, o que não proporciona espaço para a interpretação criativa do leitor. Benjamin (1994, p. 203) conclui: “Metade da arte da narrativa está em evitar explicações”. A transposição do papel de narrador para o de autor atenderia a essa necessidade de mediação – e não de imposição sobre aquilo que o leitor deve ou não apreender da notícia.

Essa mudança de posição do jornalista abre espaço para a criação de narrativas da contemporaneidade a partir de subsídios do real. “As narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto” (MOTTA, 2005, p. 3) e, a partir disso, gerar significados e descentralizar a voz do narrador para que a autoria se concretize em prol de uma mediação complexa. “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 9).

Cremilda Medina (2006, p. 69) sintetiza a busca empreendida pela mudança de paradigma em direção à autoria: “No fundo, essa é a marca de autor que se aspira: contar sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetuosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato emancipatório”. Visão que é corroborada por Vargas (2016, p. 118), que defende que o jornalista deve desenvolver um “sexto sentido” com

²³ Essas propostas de abordagem complexa das narrativas da contemporaneidade são ampla e continuamente discutidas e elaboradas pelo Grupo de Estudos de Epistemologia do Diálogo Social, coordenado pela professora Cremilda Medina.

o qual “deve viver com atenção um fazer-ver em busca da essência que potencialize a sintonia de todas as suas energias, para perceber o que aos outros escapa”.

A narrativa enquanto método no jornalismo tem como proposta apresentar soluções que fogem das gramáticas racionalizantes, das certezas sedimentadas, e que apresentem um espaço de experimentação e contato com o Outro. Medina (2006, p. 69) resume essa maneira de pensar ao dizer que “a razão treinada para resultados imediatos perde a força do afeto e não dá margem a um insight criativo”.

Provocados pelos resultados desse giro epistemológico que se reflete na produção de notícias, os leitores são estimulados e “se evadem das determinações históricas, penetram transitoriamente em universos imaginários afetivos, experimentam fugazmente o campo da intemporalidade e das indeterminações” (MOTTA, 2005, p. 14). Abre-se espaço, portanto, para a experiência transformadora do contato com o Outro, com o desconhecido, com o indeterminado. “Nesses casos, a notícia realiza-se não apenas como uma ocorrência cognitiva, mas como uma experiência estética ou emocional profunda” (MOTTA, 2005, p. 14). Em outras palavras, o processo de mediação cultural do jornalista se concretiza e cria alternativas que possibilitam o profundo contato com o Outro, o aceite ao convite para a compreensão genuína.

3.3 Autoria e produção simbólica no jornalismo

A proposta de interpretar o ofício do jornalista como uma possibilidade de mediação social cujo objetivo é promover a compreensão e o diálogo segue na contramão de posturas hegemônicas segundo as quais o jornalista se vê preso ao tecnicismo, a uma lógica de produção que não oferece terreno fértil para contar o mundo de maneira plural. Assim, a ousadia do processo autoral reside em organizar a narrativa que, enquanto produção simbólica, atribui significados ao real.

Organizar – editar e narrar – o caos conflitivo das múltiplas vozes (polifonia) e dos múltiplos significados (polissemia) que o repórter (e/ou comunicador social) colhe na rua é um ato subversivo para os porta-vozes monológicos do poder. (MEDINA, 2017, p.5)

A produção de sentido alcançada pela narrativa jornalística se dá a partir de um complexo contexto social, político, histórico e cultural e não se estrutura de forma aleatória –

há uma intenção na mensagem transmitida. A narrativa jornalística se apropria de elementos do real mas também de outros efeitos de sentido, que provocam emoção no leitor. São relatos, diagnósticos e prognósticos, dados, informações, enfim, uma miríade de conteúdos e subjetividades que permitem ao leitor formular a sua interpretação sobre determinado fato ou notícia. A resultante, pois, “é polissêmica, intersubjetiva, híbrida, transita contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição e narração metafórica, realia e poética” (MOTTA, 2005, p.9).

Diante dessa perspectiva, o eixo central das narrativas da contemporaneidade é a dialogia social, por meio da qual o jornalista exerce sua autoria na mediação social. Cremilda Medina entende o jornalista como um autor de assinatura coletiva que produz sentido mediante a ação de três dimensões complementares e essenciais para a prática: a razão complexa, a sensibilidade intuitiva e a estética inovadora.

Essa tríade se realiza de maneira especial a partir do encontro com o Outro. Dessa forma, o jornalista-autor inclui em sua narrativa as múltiplas vozes e sentidos plurais que brotam do contato.

A arte de tecer o presente nasce da relação do sujeito-repórter com o sujeito-protagonista social e a produção de símbolos que se consagra na comunicação social leva a marca da autoria coletiva, porque o mediador-autor traz para sua voz a voz dos outros. (MEDINA, 2017, p.7)

Osorio Vargas (2016, p. 121) complementa esse raciocínio ao comentar que “pela dialética da escuta recíproca e de se estar sempre aberto ao outro numa experiência liberadora, tornamo-nos capazes de nos abriremos a experiências novas e a formas plurais de narrativas do indivíduo-projeto”.

Tal escuta e contato com o Outro é permeado por incertezas, dúvidas e descobertas. Nessa aproximação, o jornalista se lança à complexidade da compreensão. “O pensamento compreensivo não se arrisca a assumir superficialmente a síntese em oposição à análise, o todo contra as partes, o geral contra o particular e vice-versa”, explica Kunsch (2014, p. 16). O autor continua, e reforça que este exercício requer ânimo: “Incluir e abraçar sentidos, tendo a incerteza como princípio motivadora da perene busca: eis aí um projeto que clama por vigor, mais que por rigor” (KUNSCH, 2014, p.116).

Além da postura vigorosa, a proposta da Dialogia Social inclui também um contágio pelo gesto da arte. Para operar na dimensão do sensível, para além da técnica, o jornalista colhe

subsídios e inspiração nas artes e, segundo Cremilda Medina (2017, p. 7), isso se transforma em potência no encontro dialógico. Diz a autora “no lugar da inspiração literária somente no ato da redação, a conexão constante com os artistas sensibiliza o trânsito do repórter na sociedade, favorece sobremaneira o signo da relação”.

Tal reunião de saberes e sensibilidades tem como objetivo oferecer ao leitor uma narrativa que promova a compreensão. Ainda assim, Kunsch (2014) pontua que não há como assegurar o êxito da empreitada. “O pensamento compreensivo, de novo, convoca para a conversa e o diálogo de conhecimentos, saberes, disciplinas e teorias entre si no campo do conhecimento, ainda que, por múltiplas razões, (...) não haja garantia alguma de sucesso” (KUNSCH, 2014, p. 116). Não há como prever como a narrativa será apropriada pelo receptor e, por isso, é necessário dedicar um olhar especial ao entendimento desta misteriosa relação.

3.4 O mistério da recepção

Cremilda Medina costuma dizer em suas aulas e nos encontros do grupo de pesquisa que a “recepção é um mistério”. Por mais que o jornalista possa ter uma intenção ao contar uma história ou relatar um fato, é na recepção que o fenômeno da comunicação se concretiza. E, sobre a recepção, o jornalista não tem controle algum. Motta (2005, p. 13) explica como se desenvolve o processo de ressignificação junto à audiência:

É na interpretação imaginativa do leitor, ouvinte ou telespectador que a narrativa jornalística ganha narratividade e consistência, ganha contornos morais e éticos, reconfigura histórias significativas independente da identidade, das qualidades intrínsecas, modos e estilos de texto.

Quando a narrativa jornalística envolve a disseminação de testemunhos e relatos de vida, a interação entre o receptor e a história contada acaba agregando novas possibilidades de identificação. Motta cita Mesquita (2002) sobre a ambivalência da personagem na narrativa jornalística, segundo a qual as projeções e identificações do receptor (leitor/espectador/ouvinte) interferem na relação comunicativa e, assim, a personagem construída no texto jornalístico é reconstruída pelo receptor a partir de seu repertório. Ainda assim, a personagem construída pelo autor também reúne características e formas de contar que são escolhidas pelo jornalista ao narrar o Outro.

Ou seja, entre o momento em que o protagonista social compartilha a sua história com um jornalista-autor e o momento em que a audiência entra em contato com a narrativa construída a partir do encontro, há um encadeamento de diferentes processos de recepção e ressignificação. “É o leitor ou o ouvinte, no ato da recepção das notícias, que conclui a obra, recompõe a tessitura da intriga²⁴ (...). O texto é um conjunto de instruções que o leitor recria de modo ativo. O texto só se torna obra na interação entre ele e o receptor” (MOTTA, 2005, p.9)

Ana Cláudia Peres (2016) também comenta essa capacidade do jornalista de conectar histórias e transformá-las em narrativas:

Os rastros, a descrição das circunstâncias, os detalhes, as pequenas coisas aparentemente desimportantes, uma certa “significação do insignificante” estão presentes na história do narrador e de muitas maneiras na coisa narrada e aí residiria a potência narrativa, inclusive no jornalismo. (PERES, 2016, p. 95)

A autora também cita Agamben (2008), para quem a possibilidade de narrar também se concretiza naquilo que não é narrável, naquilo que a linguagem verbal não é capaz de dizer sozinha. Para Cremilda Medina (2006) são esses detalhes que se revelam quando o “signo da relação” é colocado em prática. No encontro entre jornalista mediador-autor e protagonista social, o dito e o não-dito somam-se, transformando esse caldo rico de troca em narrativa jornalística guiada pelo sensível. Aí reside um dos grandes desafios do jornalismo, segundo Osorio Vargas (2016, p. 117), “encher-se do mundo pela via da sensibilidade e livrar-se das prisões que impedem a comunhão com a vida”.

²⁴ Motta (2005) defende que o “conflito é o elemento estruturador de qualquer narrativa, particularmente da narrativa jornalística, que lida com rupturas, discontinuidades, anormalidades” (p. 5). Essenfelder (2017) também descreve o conflito como o núcleo narrativo para o jornalismo. Nessa lógica, um evento com característica de dramaticidade serve como elemento estruturador ao redor do qual a narrativa jornalística se desenvolve.

4 MEDIAÇÕES NO COMPLEXO MUNDO HÍBRIDO DA PÓS-MODERNIDADE

O quadro delimitado até aqui mostra a complexidade do momento histórico em que estamos vivendo. Transformações sociais, culturais e tecnológicas se desenvolvem em grande velocidade, alterando a forma como vemos e nos relacionamos com o mundo e as pessoas que nos cercam. O filósofo sul coreano radicado na Alemanha, Byung-Chul Han, tem uma visão um tanto pessimista do momento presente: para ele, vivemos na “sociedade do cansaço”, na qual somos movidos pelo ideal de desempenho e eficiência. Alguns dos resultados desse comportamento, segundo Han, é a auto-exploração e um processo de individualização do sujeito que o embrutece e dessensibiliza para o mundo.

Ainda que com um certo tom alarmista, o que Han discute em suas obras na agitada segunda década do século XXI já foi trabalhado por outros autores anteriormente. Bauman (2013), Canclini (2015;2016), Bhabha (2013) e outros já dedicaram a refletir sobre a perturbação constante da pós-modernidade, as mudanças de paradigmas, os dilemas morais, os hibridismos culturais, a transitoriedade da vida, o impacto tecnológico, a crise de mediações: de alguma forma isso tudo nos afeta. E, se nos afeta enquanto sociedade, logicamente afeta também os jornalistas que, imersos nesse confuso processo, se veem na urgência de reclamar seu papel de mediação e autoria, impactados pela digitalização e virtualização do processo comunicacional.

4.1 Desafios no campo da comunicação na pós-modernidade

Ao refletir sobre as mudanças nos sistemas de comunicação a partir das Olimpíadas de Barcelona, Miguel de Moragas (2016) identifica continuidades, rupturas e câmbios de paradigma. Moragas aponta “a perda de autonomia dos meios de comunicação convencionais (impresso, rádio, televisão, cinema)” (MORAGAS, 2016-2017, p. 28) como uma das primeiras consequências das mudanças tecnológicas. O processo de digitalização, segundo o autor, permitiu uma integração, uma convergência entre diferentes meios de comunicação a outros sistemas, como computadores e telefones celulares, transformando a tela num poderoso “terminal de recepção” (MORAGAS, 2016-2017, p. 28). Tais evoluções tecnológicas impactam

a forma de organização social: passa-se de um esquema de controle de opinião pública vertical ponto a ponto para uma horizontalização de multipontos.

Han (2018, p. 16) também se dedica a pensar sobre o processo de desierarquização facilitado pela comunicação em ambiente digital e como os papéis são múltiplos.

Hoje em dia, aqueles que tomam parte na comunicação não consomem simplesmente a informação passivamente, mas sim a geram eles mesmos ativamente. Nenhuma hierarquia clara separa o remetente do destinatário. Todos são simultaneamente remetentes e destinatários, consumidores e produtores

À primeira-vista pode parecer benéfico o poder de produção e difusão que a virtualização promove. No entanto, há de se atentar para outros fenômenos intrínsecos a esta mudança tecnológica que altera profundamente a forma pela qual nos comunicamos. O uso da palavra “digital”, nesse caso, é polissêmica. Os fluxos comunicacionais utilizam uma estrutura que não é física, que não conseguimos tocar: as imagens, os textos, os vídeos, toda e qualquer mídia é transformada em dados, é digitalizada e digital, pois. Ao mesmo tempo, é com as digitais das pontas dos dedos que entramos em contato com esse mundo virtual. Por meio dos dedos, manifestamos nosso apoio ou discordância, damos likes, compartilhamos conteúdos, produzimos mensagens, escolhemos possíveis pretendentes amorosos, bloqueamos pessoas, e assim por diante. A tela torna-se uma nova possibilidade de contato com o mundo.

Em busca de reconhecimento e aceitação, há uma acentuação da espetacularização da vida e da individualidade, o que provoca aquilo que Han (2017) chama de “vazio comunicativo”. Por exemplo, a fixação pela foto perfeita, que gerará o maior número de likes, comentários e interações — e com eles, a compensatória e ilusória sensação de reconhecimento — já vitimou 259 pessoas mundo afora: mais pessoas morreram em decorrência de selfies mal sucedidas do que de ataques de tubarão entre outubro de 2011 e novembro de 2017. Han (2017) também oferece insights sobre como o narcisismo se manifesta neste ambiente:

O mundo virtual é pobre em alteridade e em seu caráter de resistência. Nos espaços virtuais o ego pode se movimentar sem precisar lidar com o ‘princípio da realidade’, que seria o princípio do outro e da resistência. Nos espaços imaginários da virtualidade o ego narcísico encontra sobretudo a si mesmo. (HAN, 2017, p. 71)

A falta de mediação no ambiente virtual já havia sido prenunciada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells em meados dos anos 1990. Em “A Sociedade em Rede”, Castells se dedica a compreender os impactos da tecnologia a partir do surgimento da internet sobre a organização social e postula que a sociedade determina o uso da tecnologia, e não o contrário. Um dos principais impactos vem na esteira da globalização: em um ambiente virtual de rede, não há fronteiras e informações, bens, serviços e conhecimento transitam livremente. Isso provoca alterações em diferentes campos, como economia, política e também na sociabilidade. Ainda assim, as “necessidades de comunicação da condição humana não mudam com as transformações tecnológicas, mas em todo caso estabelecem novas prioridades e buscam novas formas de expressão” (MORAGAS, 2016-2017, p.25).

Han oferece uma outra camada de reflexão sobre a comunicação digital:

A mídia digital é uma mídia de presença. A sua temporalidade é o presente imediato. A comunicação digital se caracteriza pelo fato de que informações são produzidas, enviadas e recebidas sem mediação por meio de intermediários. Elas não são dirigidas e filtradas por meio de mediadores. A instância intermediária interventora é cada vez mais dissolvida. Mediação e representação são interpretadas como não transparência e ineficiência, como congestionamento de tempo e de informação. (HAN, 2018, p. 35)

A esta camada do desafio imposto por novas formas de comunicação, acrescentam-se outras. Uma das características da pós-modernidade é o intenso fluxo migratório. Com ele, diferentes culturas entram em contato, em um movimento contínuo de atração, repulsão, apropriação, aceitação e negação. Diante deste Outro desconhecido, cabe a pergunta: como incluir a hibridação cultural nas narrativas jornalísticas? Antes de respondê-la, vamos olhar para os hibridismos culturais.

4.2 O Eu diante do Outro: hibridismos culturais e embates identitários

Bauman (2013) descreve o “caráter diferenciador da migração global” (p. 35) no contexto das mudanças de paradigmas culturais da globalização. O pensador estabelece três fases constituintes da migração moderna. A primeira diz respeito à saída de 60 milhões de pessoas da Europa em direção a “terras vagas” nas quais havia apenas a população indígena, de forma violenta, quase que dizimando os nativos. A segunda, que segundo Bauman ainda não

chegou ao fim, está ligada ao retorno das pessoas à terra natal a partir do declínio dos impérios coloniais. O regresso tornou esse contingente “minoría” e implicava numa adaptação à visão de mundo do local, à época pautada pela unificação nacional. A terceira fase é marcada pelas diásporas, conduzidas não mais pela lógica colonial, mas pela “lógica de redistribuição global dos recursos vivos e das chances de sobrevivência peculiar ao atual estágio da globalização” (BAUMAN, 2013, p. 37).

Sobre esta última etapa, o autor assinala que “quase nenhum país é hoje exclusivamente um lugar de imigração ou de emigração” (BAUMAN, 2013, p. 37) e que os fluxos contínuos de pessoas tornaram as fronteiras porosas, permeáveis, desestabilizando o vínculo entre identidade e nacionalidade. Nesse contexto, torna-se um desafio a convivência entre as diferenças e a tolerância mútua passa a ser um exercício diário e necessário. Tal qual os meios de comunicação, a cultura também passa por uma mudança paradigmática no qual as relações deixam de ser verticais e passam a ser horizontais, de modo que não há a prevalência de uma cultura sobre a outra, mas sim uma permeabilidade, uma hibridização.

Tal conceito — o de hibridização — é amplamente discutido por Canclini (2015, p. XIX): “entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Para o pensador argentino, os processos de hibridização cultural são múltiplos, incessantes e levam à relativização da noção de identidade. Ao contrário, Bauman (2013) acredita que os processos de mistura cultural podem despertar reações de reforço identitário num contexto no qual a comunidade local é receptora de migrantes; ou seja, diante do estrangeiro, o local assume um comportamento tribal e excludente do estrangeiro. Canclini (2015) defende que viver em estado de guerra ou de hibridação é uma questão de escolha.

Por outro lado, enquanto Bauman (2013) argumenta pela horizontalidade das relações culturais, Canclini (2015, p. XXIX) atenta que há relações de poder no processo de hibridação. Diz o autor: “a hibridação ocorre em condições históricas e sociais específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que às vezes operam como coações, segundo se estima na vida de muitos migrantes”. Ainda assim, há espaço para a expressão cultural deste Outro estrangeiro, mesmo que sob a condição de minoria, conforme assinala Bauman (2013, p. 41): “Os imigrantes não têm escolha senão aceitar o destino de ser outra ‘minoría étnica’ no país que os recebeu; para os nativos, nada a fazer senão preparar-se para viver cercados de diásporas”.

Para Canclini (2015, p. XXXIX), o desafio, a questão norteadora sobre hibridação cultural é a construção de “princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudem a tornar este mundo mais traduzível, ou seja, convivível em meio a suas diferenças, e a aceitar o que cada um ganha e está perdendo ao hibridizar-se”. Bhabha (2013, p. 276) defende que o discurso relacionado à diferença cultural deve não ser apenas revisto em relação aos seus símbolos e conteúdos, mas sim deve ser alvo de uma “revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do ‘signo’ no qual se possam inscrever identidades culturais”.

Se compreendidos enquanto “minorias étnicas”, conforme propõe Bauman (2013), o contingente de migrantes vive sob um embate constante entre devorar e a vontade de ser devorado, como discutido anteriormente. À ideia de minoria também está embutida a ideia de resistência cultural, expressa pelo desejo de inserção a uma nova cultura a seu próprio modo. Bhabha (2013) aprofunda a questão:

O objetivo da diferença cultural é rearticular a significação da minoria, que resiste à totalização — a repetição que não retornará como o mesmo, o menos-na-origem que resulta em estratégias políticas e discursivas nas quais acrescentar não soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna. O sujeito do discurso da diferença é dialógico ou transferencial à maneira da psicanálise. Ele é constituído através do locus do Outro, o que sugere que o objeto de identificação é ambivalente e ainda, de maneira mais significativa, que a agência de identificação nunca é pura ou holística, mas sempre constituída em um processo de substituição, deslocamento ou projeção. (BHABHA, 2013, p. 261)

Ou seja, a subjetividade do estrangeiro é mediada pela subjetividade do outro ator cultural, o “local”, e essa dinâmica propicia a permeabilidade cultural. Canclini (2016) diz que a interculturalidade e as comunicações globalizadas têm o potencial de nos tornar estrangeiros, no sentido de que o trânsito cultural e comunicacional é tão intenso de modo que somos “contaminados” pelo Outro e também “contaminamos” o outro, e nossa identidade torna-se difusa, complexa, uma vez que ela se encontra sob a influência e afluência de diferentes culturas. Bauman (1998) fala da “viscosidade” do estranho à qual, segundo ele, as pessoas têm o ímpeto de tentar se desprender. Aqui, o jornalista tem espaço para reforçar o seu papel de mediação cultural, oferecendo uma perspectiva de múltipla produção de sentidos em busca da compreensão do outro.

4.3 A complexidade da mediação

Até o momento, o quadro apresentado inclui uma mudança de paradigma no campo da comunicação e da cultura. Em ambas, ainda que de formas distintas, está em jogo a horizontalidade. No caso da comunicação, a virtualização e a digitalização do mundo, rompe com mediações e torna cada sujeito/usuário em agente do processo comunicacional mais amplo. O que à primeira vista pode parecer um risco à prática jornalística, na verdade torna-se uma oportunidade se mudarmos de perspectiva.

Em meio à intensa profusão de conteúdos e mensagens difundidas pelas facilidades da comunicação digital no mundo globalizado, é urgente e necessário que o jornalista reclame para si e assuma o papel de transculturador (OSORIO VARGAS, 2016). É por meio de sua prática, por meio do ato presencial, que o jornalista tem o potencial de combater aquilo que Morin (2015, p. 12) chama de “pensamento simplificador”, que “unifica abstratamente ao anular a diversidade ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade”. Esta é uma tentativa de amenizar o que Canclini (2015, p. 243) chama de efeito “desglobalizador da globalização”, a saber: “sua própria dinâmica gera maior mobilidade e intercomunicação, mas também desconexões e exclusão”, acentuando a desigualdade.

A questão, diz Bauman (1998, p. 44), “não é como se livrar dos estranhos e do diferente uma vez por todas, ou declarar a diversidade humana apenas uma inconveniência momentânea, mas como viver a alteridade, diária e permanentemente”. Uma das propostas que podem responder a essa questão é justamente a prática da dialogia social, aprofundada nos capítulos iniciais. Para tanto, o jornalista deve estar aberto à experiência transformadora do encontro com o Outro. Conforme complementa Han (2017, p. 63) “Quando são feitas experiências, encontramos-nos com o outro; as experiências nos alteram”. Isso impacta diretamente sobre a produção cultural de sentido que será fruto do encontro com o Outro.

Ao empreender uma proposta de comunicação que tem como o objetivo proporcionar o contato com o Outro, com aquele que nos é estranho, a fim de proporcionar espaços para a identificação e empatia, o jornalista apresenta novas possibilidades de compreensão do mundo. Canclini (2015, p. 266) comenta sobre os efeitos revolucionários que essa mudança de paradigma epistemológico pode ter:

Conhecer nossa alteridade reprimida, admitir o que nos é inaceitavelmente próprio e que desafogamos no migrante, no diferente ou no transgressor —

isto pode servir para libertar as forças libidinais positivas e as convergências culturais que nos aproximam dos outros. Pode tornar visíveis as semelhanças e talvez nos integrar apesar das diferenças. Talvez nos habilite a passar da exclusão à conexão, à intercomunicação. Finalmente, ao se reconhecerem as diferenças como construídas, é possível desfazê-las ou modifica-las.

A mediação, nestes termos, não é tarefa fácil. A comunicação, no entanto, tem um potencial emancipador alinhado à necessidade de integração e aceitação deste Outro estrangeiro. As palavras de Bauman (1998, p. 44) animam a empreitada: “Os tempos pós-modernos estão marcados por uma concordância quase universal de que a diferença não é meramente inevitável, porém boa, preciosa, e precisando de proteção, de cultivo”. A construção de narrativas da contemporaneidade que contemplem a missão de compreender o Outro num contexto de interculturalidade e atritos de identidades contribui diretamente para a proteção da alteridade.

CAMINHO ABERTO: PROPOSIÇÕES E POSSIBILIDADES

As tramas que me trouxeram até aqui tiveram como início um relato sobre a minha experiência frente à Caritas Arquidiocesana de São Paulo: as pessoas, as histórias, os lugares. Percebo, relendo o texto, as peças que a memória prega sobre a narrativa. Fui e voltei no tempo, coloquei verbos no passado e no presente, cenas e cheiros povoaram meu pensamento que, na presentificação das lembranças, tornaram-se texto. O que está escrito, pois, é a concretude da memória que trago comigo: a rememoração imprecisa, atravessada por vivências que criaram marcas e alteraram profundamente a minha forma de estar e ser no mundo.

Naquele período, além do convívio intenso com refugiados e solicitantes de refúgio, empreendi uma rotina intensa de articulação com jornalistas e pesquisadores que queriam compreender o fenômeno migratório a partir da narrativa dos protagonistas do mais flagrante drama humano da atualidade. Diante de catástrofes, guerras, fome e violência de todo tipo, um contingente humano sem precedentes, de mais de 70 milhões de pessoas até 2018, se viu obrigada a migrar, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

No Brasil, histórias de superação e reconstrução se misturam à dor das famílias separadas, às situações traumáticas que ainda não encontraram elaboração, e também ao desafio de integração a uma nova cultura, a uma nova configuração social. Em meio a essa complexa dinâmica, o jornalista assume seu papel de mediador e autor, com o objetivo de apresentar histórias e narrativas tendo como propósito a compreensão do Outro em sua diversidade particular.

Nesse contexto, o encontro entre jornalista e protagonista social pode gerar marcas quando se extrapolam os limites éticos e a entrevista é conduzida a partir da mera curiosidade, apressada pelas imposições do tempo da notícia que cria um sentido de urgência que atropela outros tempos — da memória, do trauma, da história. Ao optar por esse caminho, o jornalista cria obstáculos para que o protagonista, o “personagem”, conte de si a partir de seus próprios termos. Há outra proposta possível, e é justamente essa mudança de perspectiva que busquei apresentar nesta pesquisa.

Foi a partir dessa experiência que identifiquei aquilo que a metodologia cartesiana chamaria de “problema de pesquisa”. Minha busca, desde o início, foi compreender a dinâmica da relação jornalista-entrevistado, o que esse encontro gera e provoca, quais as reflexões sobre a prática jornalística que urgem serem feitas, e assim por diante. Para trilhar esse percurso, me

fiei em autores e pensadores que colocaram em questão as complexidades da experiência dialógica do jornalismo e que também se dedicaram a refletir sobre os desafios colocados pela intensificação do fluxo migratório em todo o mundo.

Sob o viés do jornalismo, busquei aprofundar os pontos que acredito serem essenciais para transformar a técnica na construção constante em direção ao diálogo possível. Tal percurso foi amplamente discutido por Cremilda Medina, ao apresentar conceitos e propostas como o “diálogo possível”, o “ato presencial” e as estratégias de ação, saberes e dinâmicas do sensível para os quais o jornalista pode recorrer no processo de entrevista.

O ato presencial diz respeito à experiência sinestésica diante do Outro: ao acessar o protagonista social, o jornalista fica tomado por sensações que envolvem os sentidos — tato, paladar, audição, visão e olfato são provocados — e também aquilo que não se expressa de maneira tão clara: gestos, silêncios, reações, lapsos, irritações e alegrias. Aqui, na conexão profunda com o protagonista social, reside o diálogo possível. Ao transformar o encontro em narrativa, tais sensações transbordam em linguagem, dando a dimensão da complexa tarefa que é compreender o Outro.

Se olharmos para o fenômeno da migração, em especial da migração forçada, novas camadas de complexidade se acrescentam à dinâmica da entrevista. É preciso apreender o contexto histórico e a trajetória dos fluxos migratórios, seus motivos, destinos, a situação no país de origem, as circunstâncias da migração, os critérios de escolha do país de destino, além de olhar para o processo de adaptação do migrante no novo país.

Nesse intrincado processo, entram em disputa não só as narrativas sobre o fenômeno, mas também os jogos de poder, as resistências e estranhamentos culturais, a repulsa ao estrangeiro, o conflito de identidades. Por isso, a proposta metodológica aqui descrita inclui não só o aprimoramento da técnica, mas também a abertura às influências do campo do sensível e do gesto da arte. As chaves e giros epistemológicos apresentadas têm como objetivo aprimorar a mediação e também fazer emergir a autoria do jornalista na construção da narrativa.

Mais do que apresentar um momento “Eureka!” ou oferecer soluções mágicas, a proposta desta pesquisa sempre foi, desde o início, apontar caminhos possíveis para a reflexão e consequente reformulação da prática jornalística. A partir do momento em que se adota a complexidade como método, a pesquisa se lança a uma diversa gama de incertezas. Ao longo do percurso, me deparei com fenômenos dinâmicos, fluidos e imprevisíveis.

O objetivo aqui não é apresentar resultados certos, mas regozijar-se com a incerteza e com as interrogantes que surgem a partir dela. O “não saber” é potente: desinstala, faz a pesquisa tomar rumos imprevisíveis e estimula o pesquisador a buscar outras referências, outros caminhos, outras soluções. Olhar a pesquisa sob a perspectiva da incerteza e da complexidade é, de certa forma, se lançar ao “mar salgado”²⁵ descrito pelo poeta Fernando Pessoa, por onde empreenderam aventuras aqueles que ousaram ir além do Bojador.

A partir do percurso apresentado por esta pesquisa, outros flancos surgem no horizonte daqueles que também desejam cruzar o Bojador. Algumas das aberturas a novas pesquisas:

Desafios da recepção

O mistério da recepção no processo comunicacional contesta as certezas do emissor diante do desafio da transmissão da mensagem desejada. Qual caminho deve ser percorrido para que a intenção do emissor seja contemplada em larga medida na interpretação do receptor? Quando falamos na cobertura da temática do refúgio, quais linguagens e recursos podem facilitar a recepção? Quais estratégias o jornalista pode utilizar para contemplar complexidades e hibridismos culturais ao reportar sobre o Outro refugiado?

Cobertura da migração

A dinamicidade dos fluxos migratórios que têm a instabilidade como elemento motor provoca fusões culturais em movimento contínuo e incessante. Como esses hibridismos responderão diante de cada mudança de contexto das migrações? Como o jornalista pode também inovar na cobertura de modo que o drama dos refugiados não seja naturalizado em narrativas desumanizadoras? Quais tipos de técnicas e saberes devem ser constantemente aprimorados de modo que a cobertura seja precisa e sensível? Quais são os limites entre o que pode/deve ser reportado e o silenciamento estratégico para evitar a vitimização?

²⁵ No poema “Mar de Portugal”, reside uma das estrofes mais famosas da língua portuguesa “Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”. Nas linhas do poema, Fernando Pessoa fala das epopeias marítimas dos portugueses à época dos descobrimentos.

Os tempos em desalinho

A velocidade dos acontecimentos em comunhão com a rapidez das redes digitais e as transformações nas técnicas que são suporte ao fazer jornalístico também impõem reflexões. Como desacelerar e respeitar os diferentes tempos envolvidos na dinâmica dialógica? Quais tempos interagem no fazer jornalístico e de que forma? Quais outros aspectos além do histórico, social, político, cultural, psicológico e noticioso possuem seus próprios tempos e, por isso, interferem na produção da notícia?

Intersecções teóricas

O campo da comunicação, em especial do jornalismo, não dá conta de explicar, por si só, determinados fenômenos, como é o caso da cobertura da migração. Quais outros campos podem servir de aporte para a compreensão do Outro refugiado dentro do processo comunicacional? Como criar uma interlocução entre comunicação, psicanálise, sociologia, história, neurociências, estudos culturais e outros de modo que a complexidade do fenômeno seja investigada sob diferentes prismas? No caso do refúgio, por se tratar de um fenômeno contemporâneo, cabe perguntar quais autores apresentam recortes teóricos atuais que problematizem a questão em sua especificidade?

Recupero o fio da meada dessa tessitura final para registrar os últimos comentários e reforçar alguns pontos. O fazer jornalístico é, em seu âmago, um exercício relacional. Diariamente nos postamos diante do Outro: por vezes, nos prostramos diante do abismo das diferenças ou nos apaziguamos com a identificação das semelhanças. Entre um e outro, inúmeras nuances, vivências, histórias, formas de ver o mundo e de viver. Penso que aí reside a minha fascinação por esta profissão: o contato permanente com o extraordinário.

A realidade das redações, no entanto, tem um potencial avassalador sobre o maravilhamento idealizado. O compromisso com prazos, rotinas e entregas pode gerar um efeito desumanizador do jornalista diante do protagonista social — um dos indícios, conforme já comentei anteriormente, é a transformação do sujeito em “personagem”, massificando subjetividades em nome da praticidade. Ir contra essa lógica não é exatamente tarefa fácil, mas é necessária.

Em um contexto em que a desinformação provoca acirramento das diferenças — em alguns casos culminando com episódios de violência — reportar com sensibilidade torna-se cada vez mais urgente e necessário. O jornalista, por formação ou vocação, tem a seu dispor ferramentas e conhecimentos que permitem o acesso a inúmeras fontes de informação que o auxiliam na construção da narrativa. Ao abordar a realidade de forma ética, articulando o racional, o operacional (a técnica) e o intuitivo (sensível) (MEDINA, 1999), o jornalista exercita a sua autoria de modo a criar uma narrativa que promova a emancipação ao transformar o real em simbólico.

A potência emancipadora da comunicação reside na interação complexa entre razão, ação e intuição de maneira que as narrativas são construídas por meio da autoria sensível. Eis o conjunto norteador da prática jornalística: tais fatores apontam uma direção, mas os caminhos possíveis para se chegar ao destino — a compreensão do Outro — são inúmeros, plurais, diversos e muitos deles ainda precisam ser desbravados. Aventuremo-nos, pois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BARNES, Julian. **O Sentido de um fim**. Julian Barnes; tradução de Léa Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

_____. **O mundo inteiro como lugar estranho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESSENFELDER, Renato. Hibridismos narrativos: recursos literários na grande reportagem contemporânea. Intercom, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.40, n. 3, set./dez. 2017.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer (1920)**. In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira.v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **A ideologia e a teoria da comunicação**. Matrizes, v.10, n.3 set/dez 2016; São Paulo; p. 33-46.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. 2. ed., [4. reimpr.]. - São Paulo: Boitempo, 2015.

KNOBLOCH, Felicia. **O tempo do traumático**. São Paulo: EDUC, 1998.

KUNSCH, Dimas A. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Líbero**, São Paulo, v.17, n. 34, pp. 111-122, jul./dez. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação & Identidade: quem você pensa que é?**. São Paulo: Paulus, 2010.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ato presencial: mistério e transformação**. 1. Ed. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

_____. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. 1. Ed. São Paulo: Summus, 2014.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008

_____. **Modo de ser, Mo'dizer.** 1986. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP). São Paulo, 1986.

_____. **Narrativas da Contemporaneidade:** Epistemologia do Diálogo Social - Histórico de 55 anos e projeção para 2017-2021. Texto da autora, São Paulo, 2017.

_____. **Notícia, um produto à venda:** jornalismo na sociedade urbana industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **O signo da relação:** comunicação e pedagogia. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs). **Caminhos do saber plural – Novo Pacto da Ciência 7.** São Paulo: ECA/USP, 1999.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo:** identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MORAGAS, M. Interpretar los cambios en la comunicación. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación.** n° 133, dez. 2016 - mar. 2017.

MORENO, M. M. A.; JUNIOR, N. E. C. **Trauma:** o avesso da memória. 2009. 168 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística.** In: Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação, 2005. São Paulo: Intercom, 2005, online. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 10 jun, 2019.

OSORIO VARGAS, Raúl Hernando. Compreender a capacidade criadora do humano ser na reportagensaio. **Líbero**, São Paulo, v.19, n.37-A, pp. 117-126, jul./dez. 2016.

PERES, Ana Cláudia Peres. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galáxia**, São Paulo, n.31, Jan./Apr. 2016.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SALINAS, Alex Iván Arévalo. Periodismo y comunicación para la paz. indicadores y marco regulatorio. **Commons - revista de comunicación y ciudadanía digital**, v. 3, n. 1, p. 57-87, mai. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [Edição para Kindle]

UCHITEL, Myriam. **Neurose Traumática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.